

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FARDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

ATA Nº 018

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Boa-tarde, senhores e senhoras!

Em nome da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, declaro aberta esta audiência pública com o objetivo de discutir a etapa fardamento, etapa alimentação, porta única de entrada nas instituições militares do Estado e outros assuntos inerentes à família miliciana.

As autoridades já estão presentes. Eu não vou nominá-las pelo nosso atraso.

Convido a todos para em pé ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós convidamos o Vereador Rodrigues Filho, Cel. da Reserva da cidade de Pontes e Lacerda, para fazer parte da Mesa; o Major Sérgio Furlanetti Coneza, da Associação dos Oficiais; o Major Paulo Wolkmer, representando o Cel. Walmir Benedito da Costa, Comandante em exercício do Comando-Geral do Corpo de Bombeiros; o 1º Tenente Querubino Soares Neto, Presidente da Associação dos Sargentos, Subtenentes, Oficiais, Administrativos, Especialistas da PM; o Sargento Vicente Miguel da Silva, Presidente da Associação dos Militares Inativos e Pensionistas de Mato Grosso; o Cabo Fernando dos Santos Silva, Presidente da Associação dos Soldados e Cabos PM; a Srª Veranei Nogueira Sampaio, Presidente da Associação da Família Miliciana da Baixada Cuiabana; o Sargento José Maria Lima Silva, Presidente da Associação dos Sargentos, Subtenentes e Oficiais Administrativos, Especialistas; a Srª Márcia Cavalcanti; o Sr. Manoel Lopes, Presidente da Associação de Defesa dos Direitos dos Militares Ativos, Inativos e Pensionistas.

Lamentamos não trazer todos para a Mesa.

Eu quero fazer um apelo para que os cavalheiros possam ceder seus lugares às senhoras que estão de pé. Obrigado.

Nós temos um outro auditório aí na frente, inclusive, com telão e se alguém, porventura, quiser assistir de lá, as comodidades são melhores.

Queremos cumprimentar o Deputado Eliene.

Atendendo reivindicações das categorias dos servidores militares, estamos realizando esta audiência pública com a finalidade de discutir assuntos de relevância para toda categoria.

Nesta audiência pública, entre outros assuntos, serão discutidos: a porta única de entrada, a etapa alimentação, a etapa fardamento, a carga horária do servidor militar, o curso de formação de sargentos, a progressão de carreira, o adicional noturno, o subsídio correspondente à função exercida e a questão salarial, dentre outros assuntos a serem levantados pelos senhores e pelas senhoras aqui nesta audiência pública.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

Vale ressaltar a todos que constantemente somos abordados pelos bombeiros militares, manifestando ansiedade da classe em relação ao envio da Mensagem do Efetivo do Bombeiro Militar. Gostaríamos de ter uma posição do Governo sobre esse assunto também.

São todos assuntos de grande interesse para a categoria, motivo pela qual propusemos, Srs. Secretários, Célio Wilson, Geraldo de Vitto, Comandante-Geral da Polícia, Coronel Sales, esta audiência pública.

Nós temos recebido aqui os militares, as esposas dos militares, e temos aberto, todos os Deputados, esta Casa para que seja uma caixa de ressonância a todos vocês. Os assuntos, as reivindicações dos servidores são pertinentes e contam com o nosso inteiro apoio.

O diálogo é o melhor caminho para alcançar soluções e ter uma plena convicção que o Governo do Estado será sensível às reivindicações da categoria.

Precisamos de instituições militares estruturadas e treinadas para o cumprimento dos deveres condicionais.

Queremos também demonstrar a nossa preocupação com o destino de recursos federais para a segurança pública em nosso país, Dr. Célio Wilson.

Os investimentos do Governo federal em Segurança Pública, em 2005, para todo país diminuíram 11%. Foram investidos quatrocentos e setenta e cinco milhões, no ano passado, contra quinhentos e trinta e três milhões aplicados em 2004.

Os investimentos realizados pela União e Segurança Pública foram gradativamente reduzidos no período de 2001 a 2006, em valores constantes atualizados pelo IGPD da Fundação Getúlio Vargas.

Os investimentos de 2001 e 2002 são 28,3% maiores do que os investimentos de 2003, 2004, 2005 e 2006 (até 15/05).

Em Mato Grosso, a situação dos investimentos do Governo Federal, não foi muito diferente, senão vejamos: em 2001 foram aplicados em nosso Estado 26 milhões; em 2002, 5 milhões; em 2003, 11 milhões; em 2004, 16 milhões; e em 2005, 3 milhões.

Esperamos que com a guerra que está ocorrendo em São Paulo o Governo Federal se conscientize de que é preciso investir em segurança pública em nosso País.

Para demonstrar o que significa essa falta de investimentos vamos citar mais um dado: o déficit de vagas nos presídios do País já chega a 90.360 sem contar o número de presos que estão detidos, indevidamente, em delegacias policiais, que é de 64.483.

O Governo Federal precisa investir em segurança pública, pois os Estados e os municípios estão acima do limite de sua capacidade.

Finalmente, queremos explicar que num primeiro momento a palavra será passada aos representantes das associações, mas vamos fazer aqui uma inversão, porque o Secretário Célio Wilson tem uma solenidade de inauguração com o Governador e vai falar primeiro.

Depois ouviremos os Secretários, Comandantes e a seguir os que se inscreverem.

Esperamos tirar daqui, senhores e senhoras, uma discussão madura que seja proveitosa para todos nós. Muito obrigado.

Vamos ouvir o Dr. Célio Wilson

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Boa-tarde a todos.

Através do Deputado Humberto Bosaipo, eu cumprimento todas as autoridades que compõem a Mesa. Gostaria, Deputado, no primeiro momento, dizer que nós vivemos hoje, no Brasil, um momento sem precedentes. Os fatos acontecidos, e que vêm acontecendo em São Paulo, não têm precedentes históricos. Em poucos Países do mundo, pode-se dizer que aconteceu algo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

semelhante. E de repente nesse tumulto, quase caos que se instalou, surgem algumas vozes procurando culpados e outras dizendo o que deve ser feito, mas a realidade que nós podemos afirmar, com toda certeza, é de que tudo aquilo ali é resultado do descaso, é resultado de anos e anos de abandono. O Governo de São Paulo, ou melhor, São Paulo é o Estado mais rico da Federação, é o Estado que tem o maior efetivo policial. Para os senhores terem uma idéia, todas as Forças Armadas chegam, hoje, ao efetivo de quase 200 mil pessoas. São Paulo, sozinha, tem mais de 150 mil pessoas, sem considerar o sistema prisional, só as forças policiais. E São Paulo vivenciou aquele caos. Até que as polícias conseguissem se reorganizar, o saldo daquele placar macabro era desfavorável à segurança pública.

Se houvesse, Deputado, nós tínhamos a certeza que São Paulo reagiria, as forças policiais reagiriam e reagiram na medida e com a intensidade devida. Do contrário, não conseguiria reverter aquele quadro inicial, aquele quadro amplamente desfavorável. Mas isso tudo serve para tirar alguma lição de que não pode mais haver esse descaso, um descaso principalmente por parte do Governo Federal.

O Deputado Humberto Bosaipo colocou alguns números aqui que traduzem uma realidade, a realidade do Brasil e de Mato Grosso. O Governo Federal vem reduzindo dia-a-dia os investimentos na segurança pública e transferindo cada dia mais atribuições para o Estado.

Nós vamos dar dois exemplos aqui em Mato Grosso. Na região de fronteira, está lá o GEFRON atuando a um custo de mais de um milhão e seiscentos mil reais/ano só com combustível, manutenção de veículo, alimentação e tarifas, ou seja, só com custeio. O senhor sabe o que são um milhão e seiscentos mil reais, Deputado? São cem mil reais a menos do que o Governo Federal repassou para o Estado no ano de 2005. Nesses números que o senhor coloca aí incluem também recursos passados para o sistema prisional e aquisições diretas realizadas pelo Governo Federal em viaturas, ou seja, uma ação desenvolvida pelo Estado de Mato Grosso que é obrigação da União consome em um mês cem mil reais a menos do que o Governo Federal repassou. Uma outra ação, o combate ao tráfico de drogas, seja ele doméstico, local, internacional, é obrigação da Polícia Federal. Nós temos um convênio de 1991, em que o Governo Federal transferiu aos governos estaduais essa obrigação, mas não colabora com um centavo para que se faça esse combate.

Naquele episódio de São Paulo, nós vimos lá o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que era um ícone do mundo jurídico brasileiro, uma pessoa altamente respeitada e que como Ministro não fez nada, nada pela segurança pública; pelo contrário, ele está maculando a imagem do Ministério da Justiça que sempre serviu, que sempre abrigou ali pessoas do mais alto nível e da mais alta capacidade para se tornar de Ministro o advogado do Governo nas questões relacionadas ao mensalão, a todo esse mar de lama que o Governo Federal se viu envolvido.

E o Ministro da Justiça, lá naquele episódio oferece o apoio da Força Nacional, quatro mil homens que ele considera da elite da polícia brasileira, altamente treinada, só que ele não disse que esses quatro mil homens, quem paga, quem treinou, quem arma, quem custeia são os governos estaduais. Ou seja, além de não fazer nada, ou fazer muito pouco, ainda quer fazer cortesia com chapéu alheio, cortesia com aquilo que os Estados têm e disponibilizam, quando necessário, para outras Unidades da Federação dentro daquele compromisso de colaboração mútua que exige, sempre existiu, ainda que informalmente, hoje existe abrigado, no chamado Sistema Único de Segurança Pública. Pareceu, no primeiro momento, aquilo para muita: o Governo de São Paulo está neste momento recusando ajuda, o Governo de São Paulo não tem humildade alguma, é uma irresponsabilidade. Eu não vejo dessa maneira. Eu vejo que o Governo de São Paulo agiu correto. Ele tem lá mais de cento e cinquenta mil homens na força policial, quatro mil homens não

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

resolveriam o problema. Pelo contrário, como é que ficaria a moral daqueles cento e cinquenta mil que estavam no dia-a-dia e estão no dia-a-dia enfrentando até bala e alguns perderam inclusive a vida. Agiu corretamente, até porque seria mais uma vez, por parte do Governo Federal, um oportunismo muito grande. Nós chegamos para resolver o problema, que nós tínhamos certeza de que, mais dia, menos dia, ainda que seja uma única batalha, as polícias de São Paulo venceriam.

Agora essa situação de São Paulo, será que não existe o risco de acontecer em outras localidades? Existe. Nós passamos muito perto. Mato Grosso do Sul está vivendo esse problema. Paraná está vivendo. São Paulo, com grande intensidade. Nós conseguimos aqui, graças as nossas polícias, graças ao sistema prisional, aos servidores do sistema prisional, segurar essa situação a um custo muito alto, mas seguramos. Eu tenho certeza de que continuaremos segurando, até quando eu não sei. Mas, dentro das nossas forças, dentro das nossas dificuldades, nós vamos conseguir.

Eu fiz essa introdução para deixar bem claro que o Governo do Estado de Mato Grosso, mesmo não tendo obrigação, em alguns casos, tem investido e investido muito, mas não tem sido suficiente. Ao contrário, os recursos do Governo Federal têm sido reduzidos ano a ano por força ou com a desculpa de que precisa fazer o superávit primário.

O Fundo Penitenciário Nacional tem mais de oitocentos milhões parados. O Fundo Nacional de Segurança Pública, de quatrocentos e poucos milhões de 2002, caiu esse ano, Deputado, para duzentos e poucos milhões e não tem previsão de liberação de nada. Então, nós vamos trabalhando e o Governo vai aqui fazendo a sua parte e buscando avançar cada vez mais.

Eu acho que falei demais de assuntos correlatos, mas paralelos aos objetivos dessa audiência pública. Eu gostaria, neste momento, de entrar e ser bem objetivo em relação a alguns deles. O Dr. Geraldo de Vitto, Secretário de Administração vai colocar com toda a propriedade em relação a outros.

O primeiro tema levantado é a questão da porta única. Eu nunca escondi de ninguém do Comando, de ninguém da Polícia Militar, Deputado, que defendo essa idéia, até porque a estrutura policial militar que existe hoje foi concebida espelhada num modelo militar das Forças Armadas, que têm uma missão totalmente diferente daquela prevista para as Polícias Militares e, também, para os Bombeiros Militares.

Essa porta única é questionada por muitos, inclusive, com a alegação de inconstitucionalidade. Para tanto, fazem referência a um dispositivo que trata da competência privativa da União para legislar sobre algumas matérias. Há um dispositivo que fala que cabe à União legislar sobre normas gerais relacionadas a efetivo, convocação, vencimentos, uma série de outras coisas das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares. Algumas pessoas, ao interpretarem esse dispositivo, fazem aquela interpretação literal apenas, como se o artigo fosse uma ilha isolada e não tivesse co-relação com nenhum outro dispositivo constitucional. São pseudoconhecedores do direito que, à primeira vista, já tiram uma conclusão.

Aquele dispositivo fala em normas gerais. O que são normas gerais? São normas que definem exatamente como deve se dar a estrutura de uma instituição, que vai tecer a detalhes a respeito dessa instituição? Não. Aquilo decorre do preceito constitucional que coloca as forças policiais militares dos Estados como forças reservas do Exército, certo? E falam, inclusive, em convocação. Ou seja, aquilo não serve para dar o mínimo de direcionamento a essa missão das forças policiais militares dos Estados, mas não como devam se estruturar. São apenas linhas gerais. Tanto é que um outro dispositivo, salvo engano, o art. 142, § 3º, inciso IX ou X, fala que cabe à lei

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

estadual disciplinar a maneira de ingresso, a forma, a estruturação e os direitos dos membros das Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares.

Não tem por que, Deputado, insistir em um erro. Não tem por que continuar com uma visão obtusa de que aquele modelo, esse modelo, é o melhor. O Exército Brasileiro, as Forças Armadas, se caracterizam por um efetivo dentre os praças, na sua maioria temporário, na sua maioria que cumpre um determinado estágio e depois volta para a atividade civil, cumpre um determinado período e depois volta, retorna para a vida civil. A Polícia Militar não, os praças constituem também um quadro permanente e com um direito à progressão na carreira.

Lá no exército, o quadro de oficiais é, em boa parte ou até na sua maioria, permanente, daí a justificativa de uma entrada separada para cada um dos quadros. Lá, inclusive, há uma brecha que aqui em Mato Grosso nós já superamos, Deputado...

Neste Governo, os senhores se lembram quando o Estado soltou o primeiro concurso de sargento, nesta gestão, em que tentaram impedir que se fizesse um concurso interno, alegando que a Legislação previa um concurso público para o posto de sargento, como existe no exército. Por quê? Isso se justifica lá pelo mesmo motivo: grande parte do quadro de sargentos ou boa parte dele é efetivo. Então, aí sim, justificaria essa janela, essa outra porta de ingresso para a carreira. O Estado não.

Eu tenho hoje uma convicção que tanto quanto melhoria salarial, os quadros de praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros desejam também o quê? A possibilidade de ascensão funcional e de uma ascensão que vá do primeiro ao último posto. Certo? E nada mais justo do que isso, porque a pessoa que rala o tempo todo, que está ali à frente, tem que ter o direito de chegar até o último.

Nós já superamos isso em relação ao sargento. Houve a alteração legal, foi feito um concurso interno e até agora ninguém questionou, nem mesmo o Ministério Público. Aliás, o Coronel Oliveira se recorda, muitos de vocês também devem se recordar, numa audiência, lá na Promotoria de Defesa da Cidadania, é que nós chegamos a um acordo para fazer a alteração legal e extinguir aquela via de entrada pela lateral para o quadro de sargentos.

Esse é um ponto que tenho defendido dentro do Governo e não vejo até agora, ninguém conseguiu me convencer de que não seja a melhor, porque além de garantir a ascensão funcional, vai garantir também que a pessoa trabalhe com mais afinco, trabalhe com mais dedicação e mantenha um comportamento correto para que aí, sim, ele venha ter condições de buscar e, quem sabe um dia, chegar até ao Comando-Geral da Polícia Militar, começar do primeiro posto e chegar ao último.

O segundo assunto que foi levantado é a questão da etapa alimentação.

Depois de muita luta e ainda estamos enfrentando algumas resistências. O Coronel Sales, juntamente com o Coronel Roberto, salvo engano, o Coronel Moraes e a assessoria da Polícia Militar, apresentou uma proposta de regulamentação no dispositivo que trata do fornecimento de alimentação aos policiais, porque nós não aceitamos mais, e eles também não, aquela sistemática que vinha imperando, que vinha sendo utilizada para o fornecimento da Etapa Alimentação.

Ou seja, regulamentou-se, nós estamos vivendo agora um momento de transição. Não era possível sair imediatamente de uma sistemática e adotar uma outra. E esse decreto já foi publicado, já está em vigência e a Polícia Militar está trabalhando na questão da implantação de uma nova sistemática da etapa, que pode se dar não de uma única maneira, pode ser através do fornecimento da alimentação, que deve atingir o grosso do fornecimento de tiquete alimentação e até mesmo do fornecimento de recurso do crédito ou recurso com o vencimento do policial, que é a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FARDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

maneira, se não a ideal, há questionamentos em relação a isso, mas aquela que daria a certeza de que o recurso está chegando a quem deve chegar e não está teoricamente sendo utilizado para outras finalidades.

Eu vou ser bem sincero. Hoje, Deputado, pesa sobre a Etapa Alimentação uma grande nuvem, uma série de denúncias em função da sistemática que se adota, até então adotada, e que já disse, estamos vivendo um momento de transição passando para uma outra. Mas gostaria de dizer para os senhores e reafirmar de que o Governo do Estado não tem recusado nada, nada que diga respeito, que é a atividade operacional. Nós temos que garantir o mínimo para o trabalho no dia-a-dia. Pode ser que ainda falte alguma coisa, pode ser que ainda tenha alguma deficiência, e com certeza tem. Nós a reconhecemos, porém no que se refere àquele dinheiro, às vezes, que fala lá, aquela economia administrativa para trocar uma lâmpada, consertar um pneu, quanto a isso aí nós não temos nos negado, não! Para isso existe na lei a previsão do regime de adiantamento. E quantos forem solicitados para isso, nós atenderemos. Aquilo que for necessário para o desempenho da atividade o Estado não está se recusando em hipótese alguma, mas quer também a contrapartida, que é a produção, que é o respeito, que é a lisura no trato com o dinheiro público. De forma nenhuma, aceitar algum tipo de desvio clandestino para o dinheiro que tem uma finalidade específica.

O prazo, hoje, para regulamentar, para se mudar, para se adotar o novo mecanismo de pagamento da Etapa Alimentação está correndo. Há um compromisso por parte do Comando da Polícia Militar quando da elaboração daquele decreto de até o mês de julho implantar a nova sistemática. E nós vamos cobrar! Tenho certeza de que o Coronel Sales e sua assessoria estão trabalhando nisso.

A questão da Etapa Fardamento foi prevista, negociada e aprovada no Estatuto da Polícia Militar, que tramitou nesta Casa e depois de vários anos foi aprovada. Só que nós fomos pegos de surpresa neste ano. Os senhores sabem e devem estar cientes, devem ter ouvido que a arrecadação do Estado cai mês a mês. O risco que corremos, hoje, é do Estado conseguir arrecadar para fazer a folha de pagamento e o custeio. Mas o Geraldo vai abordar melhor essa situação. E tem a garantia de que não vai atrasar salário em hipótese alguma. Podemos sacrificar outras coisas, mas em hipótese alguma, vamos sacrificar o salário. Hoje, a questão é puramente financeira. Houve uma proposta de alteração no Estatuto para que se permanecesse ali a faculdade do Governo pagar a Etapa Fardamento ou fornecer o fardamento. A situação hoje não permite o pagamento; isso custaria mais de seis milhões de reais; e o Estado, em função da crise, não dispõe desse recurso. Então, eu acho que temos de ser bastante francos. Mato Grosso não tem recursos suficientes, hoje, para pagar. Corre-se o risco de fazer arrecadar apenas para pagar salário e custeio. E nós preferimos não fazer aquilo que Mato Grosso do Sul e outros estados já vem fazendo, que é pagar salário só para quem ganha até mil reais, ou mil e quinhentos reais, sei lá. Nós queremos, o Governo quer e vai honrar o compromisso salarial.

Geraldo de Vitto quer colocar alguma coisa?

O SR. GERALDO DE VITTO - Um apartezinho só.

Senhores, a situação financeira do Estado não é nada boa e veio de forma galopante. Ninguém esperava que a queda da arrecadação fosse ser tão grande. Nós sabemos que são justas todas as reivindicações que os senhores fazem e são justos todos os preceitos que foram feitos, só que, às vezes, nós temos - isso é uma questão de coerência também - que dar um passo para trás para poder avançar quatro ou cinco para frente.

Nós não esperávamos que a crise viesse de forma tão galopante. Para os senhores terem uma idéia de dados, o movimento nas barreiras caiu em torno de 50%, quer dizer, 50% de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

produtos deixaram de entrar no Estado. Isso significa que a arrecadação virá, vamos dizer assim, proporcionalmente. A crise está muito feia. Eu acho que todos os senhores aqui... Quem aqui é do interior? Tem alguém aqui da região norte do Estado? Tem bastante gente que é da região norte do Estado. Alguém aqui de Sorriso, Sinop? Não tem movimento em loja, não tem movimento de nada, porque o dinheiro acabou, o desemprego está muito grande e isso está gerando sérias conseqüências.

O Estado tem o dever e o Governador nos determinou isso de que, apesar da crise, apesar de tudo, o Governo não vai medir esforços, não vai medir esforços para manter o salário em dia e o fará. Não existe nenhum risco dos senhores terem atraso de pagamento. Não existe o menor risco dos senhores não receberem o de vocês em dia. Não existe esse risco, ao contrário do que já está acontecendo em Mato Grosso do Sul. Os senhores têm amigos e colegas nas corporações de Mato Grosso do Sul, mas se não tiverem, basta os senhores conversarem com qualquer pessoa de Mato Grosso do Sul que os senhores verão que salário, como o Secretário Célio Wilson já falou, acima de mil reais não está sendo pago. Ninguém está recebendo um real.

Goiás também está em situação similar, Tocantins está em situação similar, todos os estados produtores estão em situação similar. Mas o Governo de Mato Grosso vai manter o seu posicionamento de não atrasar nenhum dia. Só que, exatamente por isso, às vezes, nós temos que rever algumas posições internas para poder garantir esse pagamento de salários para vocês. A situação é grave, é gravíssima. A situação é gravíssima e veio muito rápida. A arrecadação do Estado variou de um mês para o outro, do mês passado para este mês, em torno de 40% para menos, variação de um mês. É um ponto galopante com que, infelizmente, nós temos que conviver. Mas repito a todos: não há qualquer possibilidade do salário do servidor público não ser pago nem sofrer qualquer atraso em dias. O Governo não vai se quer atrasar um dia o salário dos servidores, isso é uma garantia do Governo do Estado. Eu só quis fazer esse aparte, Secretário, para fortalecer a questão da posição de falta de recurso financeiro do Estado. E nós poderemos até tomar algumas medidas mais drásticas como a redução de algumas atividades do Governo para garantir o pagamento de salários.

O SR. CÉLIO WILSON DE OLIVEIRA - Eu agradeço ao Secretário Geraldo de Vitto e gostaria de lembrar que administrar também é rever decisões, também é rever posicionamentos.

Questão da carga horária. Isso é problema de longa data e que merece uma solução, merece que se trabalhe melhor essa questão. Nós damos um passo no estatuto para fazer isso. Estamos trabalhando na regulamentação da questão da jornada voluntária remunerada. Inclusive, provoquei esses dias o Tribunal de Justiça que tem um efetivo e paga uma complementação salarial para as pessoas que lá prestam serviço. Que esse recurso seja destinado a essa jornada voluntária remunerada e seja aplicada com transparência.

Não acho justo, por exemplo, não só com o Praça que está prestando serviço lá, mas com o próprio Comandante-Geral, o Coronel que está lá ganhar um vencimento mais de 50% maior do que o dele. E assim acontece de cima a baixo, do coronel que se encontra lá até o soldado. Isso precisa ser revisto. E essa jornada voluntária remunerada eu disse que seria o primeiro passo para nós regulamentarmos e solucionarmos a questão da carga horária. Porque para se implantar isso é preciso definir exatamente qual é a jornada do policial. Esse foi o primeiro passo está se trabalhando nisso. Há dificuldades de efetivo; com certeza, há localidades em que uns trabalham mais do que outros; e tudo isso é fruto de distorções que ocorrem há vários anos. Eu já ouvi algumas vezes pessoas dizerem que, em algumas localidades, na Polícia Militar, poucos carregavam o piano e muitos ficavam em cima desse piano. É preciso mudar tudo isso, acabar com essas distorções.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

O Cel. Sales fez um trabalho, está concluindo, de levantamento do efetivo. Nós precisamos saber onde está cada um dos policiais e o que está fazendo. O policial não é para ficar abrindo porta, servindo de recepcionista, cuidando da segurança de propriedades particulares, seja de quem for, ou atuando como motorista. Ele tem que estar na atividade fim. E aqueles que, eventualmente, estiverem na atividade meio têm que ter o quê? Não podem, em hipótese alguma, melhor dizendo, ter um vencimento maior do que aquele que está na atividade fim. Nós temos que corrigir essas distorções e urgente.

Nós temos hoje, em Cuiabá, um efetivo, pelo menos no papel, não é Coronel, de mais de 2.500 homens, mas a disponibilidade de gente para atuar na atividade fim é bem menor do que isso. Então, alguma coisa está errada. E a correção desses erros é que vai permitir que consigamos estabelecer uma jornada de trabalho, uma jornada digna e dentro - eu não diria das limitações - das condições adequadas de tempo para que o trabalho seja desempenhado de forma satisfatória. E o que vier, além disso, seja remunerado, pode ser pelo Tribunal de Contas, pelo Tribunal de Justiça, pela Assembléia Legislativa, Deputado, pode ser por órgãos da sociedade civil que têm a necessidade do emprego de um efetivo em um período muito maior em determinados momentos. E todos estão abertos à parceria.

Eu gostaria, Coronel, o senhor terá a oportunidade de falar, em nome da Polícia Militar, em nosso nome, de estabelecer um prazo para se concluir esse trabalho e nós definirmos todas essas questões, porque, senão, ficaremos sempre discutindo e não chegaremos nunca a um denominador comum.

O quarto ponto, concurso de sargentos, o Secretário Geraldo de Vitto tratará melhor desse assunto. O que eu posso dizer aqui, na verdade, vou reafirmar, é o compromisso do Governador em solucionar. Compromisso não. Na verdade, compromisso dele e uma determinação para nós de resolver essa questão. Nós temos hoje obstáculos de ordem jurídica, obstáculos de ordem legal, a serem superados. Mas há determinação do Governador para que isso seja solucionado. E nos cabe, então, achar essa solução e resolver o problema. Depois o Geraldo vai falar mais.

Progressão de carreira, esse assunto é muito amplo, e eu não sei em que aspecto, se é de critérios, se é periodicidade, como tratar exatamente, qual o enfoque disso.

Agora, eu posso afirmar para os senhores que nunca se preocupou tanto com progressão de carreira como neste Governo e nunca tantas pessoas tiveram avanços da carreira como têm agora, inclusive isso aqui está relacionada à questão da porta única, à questão relacionada a interstício, a forma e critérios de progressão.

Eu tenho defendido, sei que entre os praças, entre oficiais, existem pessoas que são contra, mas sempre o critério que deve prevalecer é o critério do merecimento, mas merecimento calcado não em pontos de ordem subjetiva, ou seja, que dê margem a qualquer tipo de manipulação, mas merecimento calcado e embasado em critérios de ordem objetiva, a exemplo da assiduidade, a exemplo do resultado que hoje é possível de ser mensurado, a exemplo da não-existência de punição, mas punição transitada em julgado e já sacramentada, para que não haja mais o uso da punição como forma de intimidação ou restauração de procedimento. Ou seja, tudo claro e objetivo, além, é claro, de um interstício mínimo para alcançar cada um dos postos e da existência de vaga, senão nós vamos ter um exército, uma força de coronéis e nenhum praça, ninguém nos postos intermediários também.

Adicional noturno, a Constituição Federal não assegurou ao policial militar, ao servidor público militar, o adicional noturno, até porque a maioria dos senhores trabalha em regime

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

de plantão. E a Procuradoria-Geral do Estado também tem entendido que o regime de plantão é incompatível com o adicional noturno. Então, nós temos que rever essa questão no sentido de estipular a carga horária, definir o que é plantão, quem trabalha no regime exclusivo de plantão, e aqueles que, eventualmente, não estiverem e avançarem o seu trabalho no período noturno, aí sim, poder-se-ia trabalhar isso de forma legal. O fato de a Constituição não assegurar isso ao servidor policial militar não quer dizer que isso não possa ser reconhecido por lei. Mas no momento, tenho certeza de que o impacto, o financeiro disso não teria como ser absorvido pelo Estado.

Subsídio correspondente à função exercida, quem participou da discussão sabe que, desde o início, nós defendemos isso, que se há o posto, esse posto não está momentaneamente provido, ou tem aquela situação do agregado que está fora e vamos promover um outro na vaga do agregado, aquilo era uma situação absurda. Saindo isso, deveria adotar esse critério, qual seja, se a pessoa não tem o posto, mas exerce a função de um posto acima ou de um posto superior, teria direito ao vencimento ao posto correspondente. Isso foi trabalhado, isso foi discutido.

O Geraldo pode esclarecer melhor, está no Estatuto, isso depende de regulamentação e a SAD, salvo engano, está trabalhando na regulamentação.

O Geraldo está esclarecendo que, em conjunto com o Comando da Polícia Militar, está trabalhando nessa questão.

Eu gostaria muito de permanecer, sei que os posicionamentos aqui serão, muitas vezes, divergentes, principalmente em relação àquela questão da porta única de entrada, mas eu gostaria de lembrar que nós avançamos nisso.

O Coronel Oliveira sempre lutou por isso, o Coronel Sales também trabalhou essa questão, aceitou essa idéia, tanto que, independentemente de ter isso assegurado na lei, a porta única assegurada na lei, nunca se promoveu, nunca tantos praças saíram do quadro de praças e passaram para o quadro de oficiais.

O próprio Soares, que compõe a mesa aqui, é um dos exemplos. Hoje chega, salvo engano, a pouco mais de 30%, Coronel, de oficiais oriundos do quadro de praça. Houve uma proposta da Polícia Militar estabelecendo 50% e tal.

Eu sei que essa questão é polêmica, merece um amadurecimento, não pode ser adotada do dia para a noite. Vai haver questão jurídica, pessoas vão falar que algum tribunal do país já decidiu contrário a isso. Mas a decisão de um tribunal não é lei, a decisão de um tribunal é passível de mudança, é passível de mudança inclusive pelo próprio tribunal que decidiu. Tudo depende dos argumentos apresentados e da demonstração de um contexto que existe atualmente, que é bem diferente da época dessa decisão.

Agradeço a atenção de todos e nos colocamos à disposição. Infelizmente não posso ficar, mas o meu gabinete sempre esteve e estará de portas abertas para os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir a Sr^a Veranei Nogueira Sampaio, Presidente da Associação da Família Milicianiana da Baixada Cuiabana.

A SR^a VERANEI NOGUEIRA SAMPAIO - Boa-tarde a todos os policiais militares e bombeiros militares presentes nesta Audiência Pública.

Cumprimento o Secretário Célio Wilson, que já está de saída... Mas, parabéns, Secretário, porque o senhor sempre defendeu o que todos os militares sonham, a porta única de entrada na Polícia Militar. E, com certeza, vai ser uma valorização do policial e do bombeiro militar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FARDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

Cumprimento o Deputado Humberto Bosaipo por estar incentivando e dando todo apoio à Polícia Militar. É um dos Deputados mais atuantes. Não menosprezando os outros, mas é o Deputado mais atuante em Projetos da Polícia Militar e do Bombeiro Militar.

Cumprimento o Coronel Sales; o Major Wolkmer, representando o Comandante do Bombeiro Militar; o Deputado Eliene. E, na presença do Tenente Soares, cumprimento a todos os presentes à Mesa.

É muito bonito ouvirmos o pessoal se motivando a um crescimento, a melhorias na Polícia Militar. É muito bom isso, a gente estar sempre em busca de melhorias!

Então, eu quero parabenizar vocês por estarem aqui. É uma coisa muito boa que a gente sempre sonha em fazer Audiências Públicas e reuniões, e aparecerem policiais e bombeiros militares em massa. Obrigada!

E gostaria até de ressaltar uma homenagem, eu acho que até passou em branco... Eu gostaria de pedir um minuto de silêncio em homenagem aos policiais mortos em São Paulo. (PAUSA)

Obrigada!

Bom, nós representante da Associação, tanto da família miliciana a qual estou representando; a Márcia, a região Sul; a Antônia Parreira, o Vale do Araguaia e Joelma, a região norte, estamos aqui para defender, como nos últimos tempos, um dos maiores anseios da categoria, que é a Etapa Fardamento. A gente sempre diz que o Governo nos deu com a mão direita e nos tirou com a mão esquerda.

Vamos ressaltar que no projeto do Estatuto, no art. 78, diz o seguinte: “Fardamento é a denominação que se dá ao uniforme a que faz jus o servidor militar quando no desempenho de suas funções regulamentares e nos termos desta lei complementar.

O aluno-a-oficial, os cabos e soldados têm direito a uma indenização no valor correspondente ao menor subsídio dos praças, devendo este ser pago na data de aniversário do servidor militar, por conta do Estado, para a aquisição de uniformes de uso obrigatório, de acordo com os regulamentos de uniformes das respectivas corporações.”

Isso foi aprovado em dezembro de 2005, no Projeto do Estatuto. Foi mandado para a Assembléia Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 244, de 17 de abril de 2006, onde tira toda essa expectativa, toda essa alegria que o pessoal estava. Eu vou falar uma coisa, Secretário, o fardamento que o Governo repassa para a corporação para passar para os praças é uma vergonha. O militar do Estado, hoje, não usa farda que a Polícia Militar fornece, porque, se ele for fazer isso, vai ter um gasto maior, tendo em vista que todo fardamento tem que ser revisado totalmente na costureira ou no alfaiate. É uma vergonha o fardamento e os militares estão aqui para comprovar se isso é verdade ou mentira.

O auxílio fardamento, sim, seria viável. Agora querem o quê? Querem tirar o direito que foi aprovado em dezembro, no Estatuto, e estão tirando o direito de que esse auxílio fardamento venha ser depositado na conta do policial militar. E aí, como que fica a situação, alguns militares já receberam o auxílio fardamento, quem fez seus aniversários em dezembro, janeiro, fevereiro e março, já foram policiais e bombeiro militar que receberam? E os outros como que fica a situação? Em reunião que nós estivemos, foi perguntado ao próprio Secretário de Vitto, que estava presente no recinto, na Assembléia Legislativa, o que faria com os policiais que receberam auxílio fardamento, simplesmente a resposta foi a seguinte: Não ter que devolver ao Estado. Agora me responda como! Aposto que já foi comprado o fardamento de vocês. Eu tenho certeza disso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FARDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

Então, a reivindicação que queremos, Secretário de Vitto... Porque nós não temos culpa se o Governo aprovou o projeto. Foi negociado, aprovado, nós temos isso lavrado em ata, assinado pelo próprio Governador, onde ele tinha condições sim de pegar o auxílio fardamento para os cabos e soldados. Nós até chegamos a fazer o projeto ampliando para os sargentos e oficiais, só que ele recusou, dizendo que o Estado não teria como pagar o auxílio fardamento para sargentos e oficiais. Entramos em um acordo de que seria pago para cabo e soldados. Então, no momento que não pode pagar, a desculpa é que o Estado está passando por crise. Sabemos que o Estado está passando por crise, mas quem de nós não está passando por crise? Quem de nós não está passando por crise? E aí falam que a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso é bem mais paga que a de Mato Grosso do Sul, que a Goiás e que a de São Paulo. Mas, espera aí, o policial militar ganha um mil e sessenta e um reais, um mil e cinqüenta e um reais, com o desconto vai para setecentos quarenta, setecentos cinqüenta. É um salário digno? Acreditamos que não. Sempre estamos defendendo a situação. O salário do policial do Estado do Mato Grosso pode ser o terceiro, ou o quarto do Estado, mas a Polícia Militar não é bem paga. Nós sabemos disso. O policial militar não é bem pago, e vocês todos têm consciência porque são vocês que vive o dia-a-dia dentro da casa de vocês, junto com a família de vocês. Agora, se dão o recurso e agora querem tirar?

É muito bom isso mesmo, muito bonito, para o Governo, porque na época de campanha política, em 2002, muitos de vocês estiveram reunidos no Tênis Clube de Várzea Grande, as promessas eram mirabolantes, maravilhosas, para a Polícia Militar: Seria a polícia mais bem paga do país; a polícia mais bem preparada do país seria a polícia de Mato Grosso.

Então, nós estamos vendo tudo isso rolar pelo chão, porque na campanha política é tanta promessa que caímos como um bobo mesmo nessas histórias. Principalmente por parte de Governo, que não consegue cumprir com as promessas que fazem em campanha. É preferível que nem faça. É preferível que nem faça isso.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Só para informar a Sr^a Veranei que nós temos ainda para falar o Cabo Fernando, o Ten. Querubino, o Major Sérgio Coneza, o Sargento José Maria e o Sargento Vicente Miguel. E nós queremos aproveitar a objetividade para que o Secretário Geraldo de Vitto possa escutar a todos.

A SR^a VARANEI NOGUEIRA SAMPAIO - Tudo bem.

Outra questão que estamos discutindo nesta audiência pública é com relação à progressão de carreira. Mais uma vez, a Polícia Militar acaba perdendo. A Lei Complementar nº 244 é a lei de fixação do efetivo. A lei de fixação do efetivo, da Mensagem que veio do Governo, fixa o efetivo da Polícia Militar em 8.400 homens. Nós temos a faixa de 6.000, 6.400. Então, ele fixou o efetivo da Polícia Militar em 8.400 homens. Conversamos bastante. O Secretário Geraldo de Vitto esteve presente, assim como a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Eliene e o Deputado Humberto Bosaipo. E nós conseguimos mostrar que o efetivo de 8.400 homens para o Estado de Mato Grosso é pouco. Porque nós temos uma grande extensão territorial e a população do Estado de Mato Grosso está crescendo muito. Então, não seria viável. E conseguimos elevar o efetivo para 11.400 homens. Com isso, veio o quadro de vagas, de aumento de vagas para promoção de oficiais, de praças. Tudo bem, só que, mais uma vez, o praça acaba perdendo, porque nesse projeto cria-se o quadro especial da Polícia Militar. Só que nesse quadro especial só entram nele subtenentes e sargentos. Nós temos cabos especiais na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar, que é o cabo juruna. E hoje em dia não se fala juruna. É quadro especial.

Então, nós Secretários, Cel. Sales, criamos um quadro a ser incluído nessa Lei Complementar nº 244, que é o Projeto de Lei que dá direito à progressão dos cabos especiais, tanto

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FARDAMENTO, ETAPA ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

da PM, como da BM. Então, nós estamos aumentando as vagas para o quadro de cabos, como aumentando também as vagas para o quadro de 3º sargento, do quadro especial de 2º sargento, de 1º sargento e de subtenente.

Então, eu gostaria que vocês analisassem com muito carinho essa questão para que se mantenha no quadro a progressão do cabo juruna, o cabo Especial.

E, mais uma vez, eu gostaria de pedir a vocês, companheiros, vamos ter consciência do que queremos para a Polícia Militar. Porque todas as categorias que entraram este ano em briga - a Polícia Civil ficou vários dias em greve - conseguiram, sim, atingir os objetivos deles. E a Polícia Militar, o que tem conseguido?

Pessoal, discuti-se muito a Polícia Militar, mas nós temos que colocar na consciência que a Polícia Militar, Bombeiro Militar é uma grande potencia eleitoral.

E nós queremos só deixar um recado ao Governador do Estado, que a Polícia Militar, se não forem atendidas todas as reivindicações favoráveis à categoria, quero deixar bem claro, nós temos mais de sessenta mil cabos eleitorais trabalhando contra o Governo do Estado nessas próximas eleições. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu quero anunciar a presença da Deputada Verinha Araújo.

Gostaria de dizer a todos vocês que nós estamos em fase de negociação. Gostaria que as manifestações políticas ficassem de lado, pelo menos por enquanto, porque nós estamos em fase de negociação com o Governo. Se nós fizermos esse cabo de guerra aqui, certamente, nós pelo menos como Parlamentares vamos ter dificuldade. Então, eu peço a compreensão de vocês.

Vamos ouvir o Cabo Fernando dos Santos Silva, Presidente da Associação dos Soldados e Cabos da Polícia Militar e Bombeiro Militar de Mato Grosso.

O SR. FERNANDO DOS SANTOS SILVA - Sr. Deputado Humberto Bosaipo, senhores e senhoras, boa-tarde!

Em nome do Deputado Humberto Bosaipo, cumprimento também a Mesa, autoridades, Comandante-Geral, Cel. Sales e os demais.

Aqui, eu quero complementar o que a colega Veranei já disse a respeito da questão do fardamento.

Hoje, nós sabemos que a maioria dos policiais não recebe a farda ao cumprimento da lei. Nós sabemos que o cabo e o soldado deveriam receber duas fardas anuais, e não recebem. Aprovou-se a lei dando direito ao auxílio fardamento para o policial no dia 15 de dezembro. Aí, quatro meses e dois, dias depois, vem uma outra lei e retira do estatuto.

Vai ser entregue esse fardamento para o policial. Então, se vai dar, porque não mantém o que está no estatuto? Porque a questão é a seguinte: o policial vai voltar a comprar a farda novamente. Há muito tempo não se dá e vai continuar o policial não recebendo essa farda.

Eu, por exemplo, tenho 16 anos de polícia e peguei 04 fardas. Se eram 02 por ano, eu tinha direito a 34, mas não peguei. Então, o policial vai voltar a comprar farda novamente.

Eu fiz uma tomada de preço e o policial vai gastar com compra de fardamento, razoável, não é um fardamento de primeira linha, mas ele vai gastar R\$1.074,00. Quer dizer, vai continuar gastando do salário dele para se apresentar bem na rua. É uma questão para ser analisada antes que se corte isso, que o Governo analise essa parte.

A outra questão é a carga horária que foi aprovada, que está no estatuto, mas até hoje não foi cumprida, cinco meses depois. E o policial sofre. Nosso policial não tem uma carga horária definida até hoje, mesmo com a lei aprovada. É uma questão que nós gostaríamos que as

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

associações fossem chamadas pelo Governo para que também trabalhassem junto com o Governo na elaboração da regulamentação dessa lei.

Deputado, esse é um pedido nosso, que estamos reivindicando.

A outra questão, como a Vera já falou, é a situação do cabo juruna, hoje cabo especial. Esse policial deve ser mais valorizado, porque se fala o seguinte: deu uma promoção, ele já foi recompensado e aí ali acabou para ele.

Mas ele policial não merece continuar na carreira? Se ele for promovido, digamos que aos 15 anos, que é previsto, a cabo, morreu a carreira dele. Ele vai embora com 25 anos, continua mais 10 anos ali e acabou a carreira desse policial. Se ele não for promovido, como tem muitos aí que são promovidos aos 28 anos de trabalho, só tem isso para esse policial. Então, o que deve se analisar...

Nós temos uma proposta que protocolamos com o senhor e gostaríamos que o Governo analisasse essa proposta, que o policial, o soldado promovido a especial, quando ele chegasse aos 22 anos de serviço, ele tivesse uma promoção e seguisse na carreira. Se o sargento tem direito, por que não o cabo? É uma questão a ser analisada, que tem que ser observada com muito carinho. Gostaríamos de participar mais da elaboração dessa regulamentação do quadro de sargento especial, para que o cabo seja inserido também nessa questão e que essa questão seja analisada pelo Governo com mais carinho.

E essa situação que está no Estatuto sobre promoção de policial diz que é o policial, em ordem decrescente, mais antigo. E nós continuamos tendo, sim, a promoção de policiais mais modernos que o outro. Então, continuamos tendo essa situação que fere o policial. O policial tem um bom comportamento, tem todos os outros requisitos para ser promovido e ele acaba não sendo promovido. Nós gostaríamos que fosse visto isso aí, que isso não repetisse mais daqui para frente, já que vai continuar esse quadro especial, só troca de nome, a recompensa passa a ser especial, que esse policial tenha a situação dele regulamentada, e também sendo apreciada, que ele não venha mais a sofrer... Nós vimos isso como uma agressão que esse policial está sofrendo. Policial com 28 anos de serviço não é promovido e policial com 15 anos de serviço, não entrando no mérito se merece ou não... Se o regulamento fala que ele deve ser promovido aos 15 anos, havendo vaga, mas outro já está ultrapassando o limite e tem a vaga para o policial de 15 anos que seja promovido o mais antigo. Está falando lá que é em ordem decrescente. Que seja observado isso aí.

Então, eu agradeço o trabalho do senhor, da Deputada Verinha Araújo, do Deputado Eliene. Agradeço também ao Secretário Geraldo de Vitto que tem nos recebido, que tem negociado, mas nós gostaríamos que ser chamados mais vezes para as negociações e regulamentação dos nossos direitos. Às vezes, quando é obrigação, nós somos tratados pela CLT; na hora do direito, nós somos militares.

Então, eu agradeço o trabalho do Deputado Humberto Bosaipo. Agradeço toda a Mesa e a todos os policiais militares aqui e aos familiares dos policiais. Obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir o 1º Tenente Querubino Soares Neto, Presidente da Associação dos Sargentos, Subtenentes, Oficiais Administrativos e Especialistas da PM e do BM.

O SR. QUERUBINO SOARES NETO - Sr. Geraldo de Vitto, Secretário de Estado de Administração; Sr. Coronel PM Leovaldo Sales, Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso; Sr. Coronel Oliveira, Secretário-Chefe da Casa Militar do Governo do Estado; Sr. Major Wolkmer, representando o Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros; Sr. Deputado Estadual Humberto Bosaipo, na pessoa do qual cumprimento todos os Parlamentares desta Casa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FARDAMENTO, ETAPA ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

Aproveitando, quero fazer os meus agradecimentos pelo apoio que vem dando à causa dos militares estaduais.

Na pessoa da Deputada Verinha Araújo, cumprimento todos os representantes de associações, companheiros que sempre estão na busca de garantir e aumentar os direitos dos policiais que sempre são atropelados; os senhores policiais e bombeiros militares deste Estado, nossos companheiros, nossos amigos.

Antes de iniciar a nossa fala, Sr. Secretário Geraldo de Vitto e Parlamentares, gostaria de mencionar que logo após passar num concurso público e ter o título de militar, o cidadão está correndo risco de vida a todo instante. Então, por que ele não pode ser diferenciado dos outros servidores na questão da remuneração e dos direitos? Por que ele tem que ter o mesmo subsídio e às vezes faltam direitos a eles? Como que a gente vai mencionar aqui?

Nós sabemos muito bem que quando um vizinho está com problema lá em sua residência, é ao policial, ao seu companheiro, ao seu vizinho a quem ele vai recorrer.

Nossos militares vivem na periferia. Muitos aqui não têm condições de adquirir um armamento, uma arma particular para cuidar da sua segurança, da segurança da sua família e nem da sociedade, dos próprios vizinhos que vão lá procurar por ele. Sabe por quê? Baixos salários. Um soldado com um salário de setecentos reais, oitocentos reais, que é o líquido, todo mundo sabe aqui, não tem condições nem de sobreviver direito.

Então, Secretário Geraldo de Vitto, quando a gente reivindica auxílio fardamento e nós temos resposta do Governo que se corre o risco de o salário atrasar. Será que a folha do Estado é cem por cento? Será que não tem de onde tirar, de outra fonte, para cobrir? São questionamentos que a gente tem que discutir.

Senhores, com relação as nossas reivindicações, as instituições precisam passar por uma reforma estrutural, por uma reestruturação no que diz respeito, é claro, a seus recursos humanos. Nós estamos sabendo que o Estado está investindo muito em armamentos, em viaturas e em equipamentos. E em recursos humanos, que é o mais importante, que é o policial militar que vai lá atender a ocorrência, a vida dos outros está nas mãos daquele policial? Por que não investir mais nesses recursos humanos? É por isso que a gente defende um salário digno para o policial e a progressão na carreira com uma única porta de entrada. Nós sabemos muito bem que a formação hoje do policial, do soldado, do cabo, até mesmo do sargento, e até mesmo do oficial, é uma formação que deixa a desejar, principalmente do cabo e do soldado que vão para a rua. No treinamento, na escola, quando dá muito, dá trinta tiros. Como que esse policial vai defender a sociedade, Deputado Humberto Bosaipo? Será que não tem que ser repensado? O modelo que nós temos de entrada na Polícia Militar, como aluno e soldado, como oficial, é um modelo que já não está servindo para a sociedade, merece ser discutido. Eu acho que tem que abrir a porta para a discussão.

Senhores, é extremamente necessária a existência de carga horária de trabalho para os militares estaduais. Olha o absurdo que acontece! No Centro Integrado de Segurança Pública, lá no CIOSP, a mesma atividade que o policial militar, que o bombeiro militar exerce junto com o policial civil, a mesma função, de atendente e outros cargos que têm lá, o policial civil folga muito mais durante a semana, ele trabalha no máximo quarenta e quatro horas semanais. E o policial, a escala dele, chega a mais de 40% do que o policial civil trabalha, fazendo a mesma coisa. Isso tem que ser revisto! Isso deve ser revisto! Nós não somos servidores de segunda classe, não. Nós temos o mesmo direito...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Só um minuto... Bonfim, pode ajudar as meninas a estirar a faixa? Obrigado.

O SR. QUERUBINO SOARES NETO - Os senhores sabem, aqui no Estado de Mato Grosso, qual o único servidor público, qual a única categoria de servidor público que não tem adicional de atividade noturna? Precisa responder? Policial Militar e Corpo de Bombeiro Militar! Todos têm. Por último, agora, foram os policiais civis que conquistaram esse direito. Por que nós somos tratados sempre para menos? Por que nós não podemos pelo menos nos igualar? Não precisamos ultrapassar, não, queremos pelo menos igualar.

A Etapa Alimentação deve ser paga ao policial, porque é para alimentação dele, não é ele que vai comer? Tem que ser paga para ele, no salário dele. Se ele está trabalhando, que ele escolha o lugar aonde vai comer. Isso é dignidade, Deputado, e é isso que os policiais querem e precisam. Nós somos submetidos, os policiais respondem pela sua conduta, às vezes quando erram, pelo regulamento militar, regulamento disciplinar ultrapassado, arcaico, enquanto que os outros servidores públicos respondem pelo Código de Ética. A Polícia Civil de Minas Gerais adotou o Código de Ética, a Polícia Militar de Minas Gerais, por que não trazermos esses modelos para cá? Eu acho que acabou a fase de sermos tratados como cidadãos de segunda classe. E acho que os policiais militares e os efetivos do corpo de bombeiro têm e devem ser valorizados.

E, por último, Sr. Secretário de Administração, é a pergunta que muitos policiais militares querem saber do senhor: Quando é que vai começar esse curso de formação de sargento! Gostaria que o senhor depois respondesse para eles. Estão ansiosos, já estão mais de dois anos à espera desse curso.

Senhores, nós esperamos ansiosamente que o Governo atenda essas reivindicações. Como eu já falei, nós só estamos pedindo paridade, igualdades de direito com os outros servidores. Como eu já havia dito, apenas pelo fato de estarmos, de termos o título de militares, principalmente de policiais, e andarmos ostensivamente pelas ruas, nossas vidas estão correndo sérios riscos de morte a qualquer instante e em todo momento. E nós não temos condições de nos defendermos, não temos armamento para podermos defender. Não temos condições de comprar. Nós precisamos da ajuda dos senhores.

E, por fim, gostaríamos de reforçar a nossa reivindicação com relação ao subsídio. O histórico do Governo Blairo Maggi para os servidores militares, no que diz respeito ao subsídio, foi de expectativa. Nós estamos esperando uma reestruturação salarial desde a primeira vez que esse Estatuto entrou na Assembléia Legislativa, que foi, se não em engano, em 2001 ou 2002. Ali havia uma proposta de reestruturação, de reescalonamento, só que nunca conseguimos aprovar essa proposta que veio do próprio Governo. Quando foram estudados os efeitos financeiros, foi constatado que o Governo estava impossibilitado de pagar. Nisso, deu um reajuste, não vou dizer maior, mas significativo, para soldados, para alguns soldados, elevando em até 70%, porque o salário era muito baixo, era uma vergonha mesmo. E agora, por último, para os coronéis. O coronel está com um salário de nove mil e poucos reais. O “meião”, que é o 3º sargento até capitão, só ficou na expectativa.

Então, Sr. Secretário, o sargento até o capitão estão há mais de cinco anos sem aumento salarial. O que nós temos é reposição, como todos têm. Mas isso não quer dizer que o salário do cabo, do soldado, é o digno que deve receber. Nós sabemos muito bem que o salário, hoje, da maioria dos soldados da PM é em torno de R\$1.000,00, tirando todos os descontos. Isso é um absurdo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

Secretário, nós sabemos das deficiências do Estado, só que sabemos que o recurso humano é o mais importante dentro da estrutura do Estado.

Eu gostaria, para finalizar, de agradecer a presença dos Policiais Militares, do Corpo de Bombeiros também, por terem recebido o nosso chamamento para esta Audiência Pública. E agradecer aqui, na presença de todos, o apoio que temos recebido da Assembléia Legislativa, especialmente do Deputado Humberto Bosaipo, do Deputado J. Barreto, da Deputada Verinha Araújo, do Deputado Zé Carlos do Pátio, e, agora, do Deputado Eliene. Espero que ele continue conosco, porque vamos precisar muito. A situação dos militares estaduais, hoje, requer uma reestruturação urgente. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós queremos informar que estamos recebendo cerca de 500 Policiais neste Auditório, no outro Auditório e nas imediações da Assembléia Legislativa.

Vamos ouvir agora o Major Sérgio Furlanetti Coneza, Presidente da Associação dos Oficiais.

O SR. SÉRGIO FURLANETTI CONEZA - Deputado Humberto Bosaipo, que preside esta Sessão, cumprimento em nome de Vossa Excelência as demais autoridades; colegas de associações aqui presentes; Srs. Vereadores milicianos que nos honram com a presença, sejam muito bem-vindos a esta discussão; familiares, policiais e bombeiros militares.

Segurança Pública e Polícia Militar, Deputado Humberto Bosaipo, é chegada a hora mais do que nunca de ser prioridade. Ou nós tratamos esse segmento com prioridade ou entraremos num caos absoluto. O exemplo está aí em São Paulo, e Mato Grosso não vai demorar essa situação. Estamos aí com rodovias fechadas, a arrecadação caindo. Se com a arrecadação em dia, ganhando firme, forte, arrecadando positivamente, nós tivemos poucos e poucos recursos destinados à segurança pública, principalmente no salário, imaginem agora. Nós estamos à beira de uma situação perigosa.

Então, mais do que nunca, é o momento de se pensar e dar prioridade à segurança pública e, dentro da segurança pública, ao segmento dos militares estaduais, Polícia Militar e Bombeiros.

Já se falou aqui na frente de tratamento diferenciado. Então, já vamos começar ali com tratamento diferenciado. Se quiser fazer uma política de unificação, qual unificação é essa, se jamais vai unificar salário? Se não tem salário unificado com os demais integrantes da segurança pública, como é que se fala em integrar as polícias? Isso é utopia.

Os militares aqui presentes, seus familiares, estão cansados de utopia. Nós queremos assuntos palpáveis e soluções aos nossos conflitos. Nós vivemos mais de três anos discutindo Estatuto. O Estatuto foi aprovado aqui nesta Casa. A maior virtude do Estatuto foi evitar perder direitos. Quando nós começamos a discutir Estatuto, perdia-se quase tudo. Ao final, recuperamos quase tudo, perdemos o auxílio natalidade, foi o que perdemos naquele Estatuto. Foi ainda um lucro muito grande. Mas assim que nós conseguimos isso e alguns avanços, já chegou aqui, após menos de cinco meses, uma lei retirando um avanço, que foi a questão do uniforme dos cabos e soldados, e isso sem uma discussão. Nós nunca fomos chamados para discutir esse assunto.

Então, vejam bem: a jornada remunerada que foi um avanço, passou cinco meses e não aconteceu. Nós temos cinco meses discutindo isso. O Estatuto foi aprovado no dia 15 de dezembro. Se tivéssemos isso aprovado hoje, nós teríamos no mínimo, se não fosse uma jornada extra-remunerada, pelo menos uma jornada fixa de trabalho. Não tem nenhuma 60 horas por semana, cem horas por semana, porque Segurança Pública é caos. Nós estamos partindo para isso,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

para crise. Daqui uns dias, o PM vai para o serviço e não volta mais para casa, vai ficar a semana inteira trabalhando. Então, ou nós definimos uma jornada de trabalho ou nós vamos virar escravos deste Estado, e não só deste Estado, como deste País. O militar precisa ser prioridade. Então, se não vai se dar a jornada remunerada mais, que fixe pelo menos imediatamente uma jornada máxima de trabalho. Nós reivindicamos o que manda a constituição: 44 horas, e não 60, 70, 80, 100 horas por semana, como se trabalha hoje.

Depende do Comandante. O Comandante vê o clamor público. Precisa-se de mais gente na rua, ele coloca, porque o clamor é muito forte. Agora, vai ficar até quando essa situação? Nós precisamos definir para o policial: “Policial, você trabalha 44 horas e, a partir disso, você não trabalha mais”. Esse é um problema de Estado (PALMAS) e nós não estamos aqui fazendo demagogia nem política.

O Policial Militar entra no serviço às 08:00 e, quando dão 18:00 horas, Deputado, desculpe-me a expressão, ele está fedendo, está com mau cheiro. Com isso aqui, nós estamos com 50°. Esse policial, se ele está com odor, imagine o reflexo dele para atender a população. Ele chega já ruim para atender a população. Então a jornada tem que ser repensada imediatamente. O Estatuto aprovado aqui há cinco meses prevê uma jornada fixa e que se passar daquilo ali o policial será remunerado. Então se o Estado não tem dinheiro para remunerar, vamos, pelo menos, colocar uma jornada fixa de trabalho, para que pelo menos o policial trabalhe 44, 50 horas e vá para casa. Pelo menos disso aí nós precisamos.

A substituição, o soldo imediato é outra questão. Foi aprovado, também não aconteceu. Infelizmente, com relação a dinheiro, a remuneração, eu estou pessimista, senhores oficiais, praças e oficiais aqui presentes e familiares. Estou pessimista, porque a arrecadação está caindo, porque temos a lei eleitoral que proíbe a questão do subsídio, então, realmente, a situação é ruim.

O que precisamos fazer? Fazer aquilo que é possível, que não seja utópico. O que é possível? Fixar uma jornada de trabalho. Essa questão de entrada única é utopia, é discussão para 10, 05 anos. Vamos fazer o que é prático. Está aqui o projeto que o Comando-Geral da Polícia tem. Nós já discutimos isso. É carreira para cabo e soldado. Os únicos que não têm carreira nessa polícia são cabos e soldados. O sargento tem e o Oficial tem também. Isso já há 200 anos atrás. Agora, os que não têm são cabos e soldados. Eles estão incluídos aqui no projeto: carreira para cabo e soldado. Então, ao invés de ficar discutindo porta única, essa discussão macro deixem para depois. Vamos discutir isso com 05 anos, com 03 anos, mas agora vamos aprovar o plano de cargos e carreiras dos cabos e soldados para o soldado e o cabo chegarem a subtenente, para o sargento chegar a oficial. Isso está pronto, é só aprovar. Nós não precisamos ficar com discussões que não vão terminar nunca.

Senhores, a questão da etapa alimentação, não vamos nem entrar nessa discussão. Aumentou para, mais ou menos, R\$60,00, sendo R\$2,00 por dia. E para quem comer? Ninguém come com R\$2,00 por dia! Então não vou nem discutir esse assunto. Mas nós precisamos ser honestos. Hoje, em Brasília, pagam-se mais de R\$13,00 para o policial. Ele pega o dinheiro, põe o *ticket*, põe no bolso. Ele na rua, isso é prático, evita corrupção. Ele pega o seu *ticket* e vai à rua. Ele come em qualquer lugar dentro da cidade. Então, não vamos discutir esse assunto.

O curso de sargento também é uma questão já de respeito. Ou faz ou não faz, e acaba essa discussão, porque ninguém agüenta mais isso. É família chorando, é mulher desesperada, é PM que não sabe mais o que fazer, só pensar nisso dia e noite. Então, ou acontece ou não acontece. Vamos resolver esse assunto. Por favor, Sr. Deputado, Sr. Secretário Geraldo de Vitto, vamos colocar um ponto final nessa questão do curso de sargento, porque como está é impossível caminhar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

E, por último, para ser breve, porque eu não tenho todo tempo do mundo para discutir... Aliás, o que eu quero é, ao final dessa reunião, Deputado Humberto Bosaipo, fazer como fizemos no dia 10 de março do ano passado, naquela reunião que fizemos de início do Estatuto. Naquele dia, sim, definimos um objetivo e concluímos. Chegamos no final do ano e aprovamos o Estatuto. Então precisamos fechar isso, hoje, aqui, com assuntos prioritários.

Então, para concluir, eu gostaria falar de mais uma questão em relação a transferência para reserva. O policial, hoje, vai com 25 ou 30 anos. Isso, a duras penas, nós garantimos no Estatuto. As mulheres, com 25 integral; e os demais, com 25 ou 30 proporcional ou integral.

Agora, Deputado Humberto Bosaipo, autoridades aqui presentes, o policial assina o requerimento com 25 anos, tem o direito de ir embora, mas ele não pode ir embora. Ele tem que aguardar a tramitação do processo. Não podemos ficar *ad eternum*, esperando a administração pública processar a transferência para ele ir embora. Então, isso não é direito. Se o meu direito é ir embora com 25 anos e eu tenho 25 anos, está aqui a minha ficha, tenho 25 anos, assinei, então eu vou para casa. Enquanto isso a administração pública processa o que tem que processar. Agora o PM, o bombeiro não pode ficar trabalhando mais de 25 anos, senão isso não é direito. Então vamos tirar o direito de aposentar aos 25 anos, porque ele estará trabalhando mais de 25 anos. Isso aí não é permitido.

Desculpe pela rapidez, mas era necessária para eu ser prático.

Então, Deputado, por favor: nós precisamos sair daqui com uma jornada de trabalho definida; e nós precisamos sair daqui com essa questão da carreira. Nós temos um projeto. O Comandante-Geral tem esse projeto. Foi ele que socializou as associações, e nós participamos. O projeto é ótimo. Nós temos 11 leis sendo modificadas. O projeto é muito bom e atende o código especial; a Lei nº 244, que aprovou agora a carreira para os sargentos jurunas; e atende também os cabos e os soldados. Então, o projeto é bom. Só precisa funcionar. Essa carreira está pronta; a questão da jornada de trabalho está pronta; a questão da etapa alimentação, não vou discutir; a questão do curso de sargento, nós precisamos sair daqui com a resposta se vai ter ou não vai ter, e se for ter, como será feito; e, por favor; à transferência para reserva o cidadão tem direito. Se ele assinou, ele não pode mais esperar a bel-prazer da administração, um mês, dois meses, seis meses... Eu estava recentemente na Polícia Militar quando chegaram lá vários militares com seis meses, com oito meses afastados, se não me engano de Rondonópolis. Alguns vieram de Rondonópolis, chegaram lá e disseram: “Major, eu não sei o que vou fazer! Eu estou há quase um ano afastado, a minha transferência não saiu, e a polícia quer que eu volte a trabalhar!”. Então, que direito é esse? Ou é direito ou não é. E quanto à questão de tratamento diferenciado, nós já estamos enjoados disso aí, com relação aos mesmos segmentos da Segurança Pública.

Então, para fechar as minhas falas iniciais: Chega de não ser prioridade! Professor é prioridade! A Deputada Verinha Araújo como sempre... Porque educação é prioridade. Mas, Segurança Pública, infelizmente, tem que ser prioridade! Ou é prioridade ou nós vamos para o caos, vamos para o caos, porque hoje não tem arrecadação e amanhã nós temos aí crises institucionalizadas. Está aí o nortão que não me deixa mentir! Está parado! E isso é problema!

Então, nós precisamos atender o clamor público, o clamor desses militares que estão aqui. E, parabéns a quem está aqui, porque quem está aqui está preocupado com a sua carreira.

Então, resolver essas questões que são pontuais! Secretário Geraldo de Vitto, são pontuais! Nós podemos rapidamente definir essas questões aí, porque outras macros, com relação ao

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

subsídio, por exemplo, eu não vou nem entrar, porque tem questão eleitoral pela frente e é só ano que vem. Mas, essas outras aí, nós precisamos definir!

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - O Deputado Eliene comunica que vai ter que se ausentar, mas agradecemos a sua presença. O Deputado Eliene tem nos ajudado bastante em relação aos problemas da Polícia e do Corpo de Bombeiro Militar nesta Casa.

O Secretário Geraldo de Vitto quer usar da palavra, porque vai participar de inaugurações com o Governador Blairo Maggi. E, ele vai responder os questionamentos.

Nós vamos ouvir ainda, o Sargento José Maria Lima Silva e o Sargento Vicente Miguel da Silva logo em seguida.

Com a palavra, o Sr. Secretário Geraldo de Vitto.

O SR. GERALDO DE VITTO - Quero cumprimentar o Deputado Humberto Bosaipo e parabenizá-lo pela realização da audiência pública; o Deputado Eliene, que está tendo que se ausentar, infelizmente, no momento; a Deputada Verinha Araújo, que se faz presente; o Comandante-Geral da PM, Coronel Leovaldo Sales, que está aqui também para juntos respondermos os questionamentos dos senhores, darmos alguns esclarecimentos; Coronel Orestes Oliveira, Secretário-Chefe da Casa Militar do Estado.

Quero cumprimentar todos os presidentes de associações, praças, sargentos, oficiais, senhoras milicianas, senhoras e senhores.

Quero iniciar a minha fala tomando a liberdade de pedir para os senhores lerem um trecho da Bíblia Sagrada. Quero pedir a vocês que leiam um pedacinho do texto Eclesiastes 3, versículo de 1 a 3 e depois o versículo 7. “Tudo tem seu tempo próprio. Há momento adequado para todo propósito debaixo do céu. Há tempo para nascer, há tempo para morrer, tempo para plantar, tempo de arrancar o que se plantou. Tempo de matar, tempo de curar, tempo de destruir e tempo de edificar, tempo de rasgar, tempo de cozer, tempo de estar em silêncio e tempo de falar.”

Eu fiz questão de começar a minha fala com um verso bíblico, primeiro porque a minha orientação de fé assim sempre me orienta, como acho que há muitos aqui que crêem em Jesus Cristo, o Salvador. Às vezes, complementando o que eu já havia dito, nem sempre podemos fazer tudo aquilo que queremos no momento que achamos que devemos fazê-lo. Nem sempre é possível. E Deus nos determina isso e nos disse isso claramente na palavra dele. Nós, às vezes, como crianças que somos perante os olhos de Deus, queremos fazer tudo aquilo que nos vêm à mente, mas nem sempre podemos fazê-lo, nem sempre podemos fazer aquilo que é desejo.

Eu quis fazer essa breve introdução para dizer aos senhores que o Governo do Estado, em momento algum, diz que os senhores ganham bem. O Governo do Estado, em momento algum, está dizendo que a remuneração dos senhores é compatível com o nível de vida que os senhores têm. Em momento algum. Todos nós temos o direito de pleitear sempre algo mais, só que há tempo para tudo, como a própria palavra de Deus disse. Hoje os senhores não ganham aquilo que os senhores querem, não ganham aquilo que o Governo gostaria de pagar, mas ganham o que é possível ser pago, infelizmente.

Nós estamos atravessando uma crise seriíssima. Infelizmente, é uma crise real, não é uma ficção que o Governo pensou em criar. E o Governo tem dignidade e hombridade para assumir isso em público, sendo período eleitoral ou não, sendo ano eleitoral ou não, e dizer o que é possível e o que não é possível. Seja isso um problema ou esteja isso causando um problema de insatisfação dos senhores ou não, a nossa missão enquanto Governo é ser claro, principalmente, falar a verdade, os senhores gostem da verdade ou não.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FARDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

Infelizmente, é assim que funciona. Não adianta nada nós virmos aqui, prometermos situações mirabolantes que vão ser impossíveis de cumprir.

Há tempo para tudo. Há tempo para silenciar. Há tempo para falar. Há tempo para cozer. Há tempo para costurar. Há tempo para não fazer nada. Hoje é tempo para não fazer nada, porque o governo não tem dinheiro para fazer alguma coisa. Infelizmente, é isso. Os senhores queiram ou não queiram. Eu queria aproveitar, então, e responder pontualmente algumas questões que foram colocadas. Eu vou fazer primeiro de tudo, eu vou responder pontualmente alguns pontos que foram colocados pelos oradores que me antecederam e depois fazer algumas colocações gerais. Já deixo claro que infelizmente eu vou ter que me ausentar, mas o Comandante-Geral Sales vai aqui representar o Governo (MANIFESTAÇÃO DA PLATÉIA)... Quando o Secretário Célio Wilson saiu vocês não deram risadas...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Há tempo para tudo, o Coronel vai ficar aqui no tempo dele.

O SR. GERALDO DE VITTO - Bom, queria me posicionar a respeito de um questionamento que a Sr^a Veranei colocou, que é um questionamento de todos vocês e que vários outros oradores colocaram, que é a questão do auxílio fardamento. Não foi retirado o auxílio fardamento. Foi flexibilizado (MANIFESTAÇÃO DA PLATÉIA). Ora, ali está dizendo que o Governo irá fornecer o fardamento. Se o Governo não fornecer, os senhores receberão. Esse é o texto da lei. Esse é o texto da lei. Se os senhores lerem a lei, os senhores vão ver. Está isso escrito. Os senhores queiram ou não queiram, achem certo ou errado, é o que está escrito no texto da lei. Lá não está escrito que o Governo não vai pagar. Por que o Governo tomou essa posição? Porque, infelizmente, o impacto financeiro que isso gerou não era compatível com a remuneração que teríamos, com o orçamento que teríamos para pagamento no ano. E isso poderia gerar um desequilíbrio que poderia comprometer o pagamento de salário, coisa que nós não iremos fazer.

Eu quero ressaltar que foi questionado, colocado, aqui por alguns oradores, que o Governo está tentando não atrasar salário. Não. O Governo não está tentando não atrasar salário. Não é nada disso. O Governo não irá atrasar salário. Não é que ele tentará fazer as coisas para não atrasar. Não. O Governo não irá atrasar salário. Custe o que custar, os senhores não terão sequer um dia de atraso de salário. E medidas como essas, que são às vezes impopulares, mesmo em ano de eleição, nós vamos tomar. Nós iremos tomar para garantir o pagamento do salário. Porque há tempo para tudo. Há tempo para tudo, os senhores querendo ou não. O Governo prefere pagar em dia, retroagir em algumas coisas para depois seguir em frente, em questionando isso, a não manter o pagamento em dia. Nós não iremos atrasar um dia sequer o salário do funcionalismo público.

Outra coisa, não foi dito que os servidores que já receberam auxílio fardamento terão que devolver esse dinheiro. Não foi dito isso. Foi dito que se judicialmente verificasse alguma coisa poderíamos estudar alguma posição. Como houve a flexibilização, isso não foi ilegal, não foi irregular o recebimento. Mas naquela época que receberam havia uma situação financeira do Estado completamente diferente da que existe hoje. Completamente diferente. E quanto a isso não há nada que possamos fazer.

Eu queria também mencionar o que foi dito, ressaltar, aproveitar uma fala do Cabo Fernando, quando ele disse da questão de dois fardamentos por ano. Disso nunca se falou. Faz tempo que é um? Como é a situação? Na data do aniversário, a questão do pagamento... Quando é fornecimento, são dois uniformes por ano. O Governo... Isso, inclusive, foi objeto de discussão com um grupo com o qual tive o prazer de conversar, há um tempo, que me inteirou de alguns pontos acerca do que acontece na Polícia Militar, acerca de fardamento, mencionaram a questão de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FARDAMENTO, ETAPA ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

qualidade de uniforme, questionaram-me uma série de eventos que eu como Secretário de Administração não tenho conhecimento. Eu não tenho conhecimento. Não havia conhecimento. Posicionaram-me de alguns fatores que eu tomei conhecimento e menciono: Quando houve a flexibilização de que o Governo vai fornecer esse material, a intenção é que nós padronizemos esse uniforme, padronizemos com relação à qualidade também.

Eu, inclusive, mencionei a esse grupo que estava reunido comigo a possibilidade de termos um padrão exclusivo do Estado de Mato Grosso com relação à cor, formato, a forma e tudo do uniforme. Fornecendo os dois por ano, ou um por ano que seja, mas o Estado fornece efetivamente, talvez não entregando no almoxarifado ou talvez não fornecendo desse jeito, como de repente hoje fornece. Mas, de repente, facultando ao servidor, através de um tíquete ou alguma coisa, que vá lá e retire num lugar definido, fora do comando. Não sei como vai se discutir isso. O Estado se coloca à disposição de vocês para discutir como vai se colocar.

Hoje, o Estado do Rio de Janeiro e o Estado de São Paulo têm uniformes específicos, com tonalidades próprias daquele Estado, com material próprio daquele Estado. Por que não fazer no Estado de Mato Grosso?

Repito, o Governo não está falando que não vai dar o fardamento. Ele não vai pagar neste momento porque não temos condições financeiras de fazê-lo. O fardamento será fornecido, o mais rápido possível ele será fornecido, vamos fornecer a farda e não o dinheiro, porque hoje não temos condições financeiras de fazer desse jeito, os senhores queiram ou não queiram. Se tivermos, vamos retomar a discussão. Quando essa crise passar, vamos retomar a discussão sem o menor problema. Agora, há tempo para tudo.

Muito bem, com relação à questão de concorrer, foi colocado pelo Cabo Fernando a questão dos jurunas, a questão dos servidores jurunas. Eu fui interpelado também por este grupo, quando houve uma conversa comigo na semana passada, de que havia algumas distorções acerca de jurunas que foram colocadas no Estatuto, diferente daquilo que havia sido acordado em reunião. Eu não vi onde, ficaram de me apresentar um documento, aliás...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Desculpa eu ter que interrompê-lo, a nossa representante Veranei precisa de uma réplica urgente.

A SR^a VERANEI NOGUEIRA SAMPAIO - É o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Um minuto.

A SR^a VERANEI NOGUEIRA SAMPAIO - Obrigada.

O Secretário quando disse que em momento algum o policial militar teria que pagar, devolver aos cofres do Estado, o que acontece é que eu estou usando a inverdade, estou mentindo.

Só que eu tenho, Secretário, testemunhas de que o senhor disse na nossa frente, numa reunião na Assembléia, que o policial que recebeu auxílio-fardamento teria que devolver o dinheiro ao Estado.

E, quando o senhor acrescenta que não vai acontecer de atrasar salário, quero deixar bem claro aqui que o Governador não tem que atrasar salário, é obrigação do Governo do Estado pagar salário em dia... (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra o Secretário Geraldo de Vitto.

Antes de Vossa Excelência continuar, eu saí ali fora e aqui dentro também o pessoal está reclamando muito da ausência, até o final da audiência pública, Secretário - eu tenho

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

que falar isso, porque me foi passado -, dos Secretários, dos parlamentares, num momento tão delicado como este na questão da segurança. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. GERALDO DE VITTO - Sr^a Veranei, só para finalizar esse ponto, mas já que a senhora provocou a minha fala novamente.

Eu disse que eles teriam que fazer a devolução - vou repetir o que eu já disse - caso houvesse alguma irregularidade de pagamento. Como eu disse que com a flexibilização isso se tornou um ponto real e legal, não há como ter a possibilidade de devolução.

Eu não disse que eles irão devolver. Eu disse que eles iriam devolver se fosse de forma ilegal. Não foi. Então, não tem que devolver. De forma alguma eu contradisse o que havia sido dito - item um.

Item dois: concordo com os senhores de que é direito dos senhores receberem em dia e dever do Estado em pagá-los, só que tem que se falar isso para os Estados de Mato Grosso do Sul, de Goiás, de Tocantins... (PROTESTOS DA PLATÉIA.)

O SR. GERALDO DE VITTO - Tudo bem.

Deixe-me deixar claro para os senhores. Nós temos tanta consciência de que isso é um dever que, se for necessário, o Estado vai fechar tudo o que tem que fazer para manter os salários em dia.

Nós temos essa consciência e iremos fazer. Nós sabemos disso, tanto que já disse e repito que não irá atrasar um dia, nem que isso custe fechar o Estado, passar a chave, passar a corrente em 01, 02, 15, 20, 30 órgãos.

Nós vamos fazer para economizar em algum canto, para parar de fazer em algum canto para garantir os salários dos senhores. Isso nós vamos fazer. Tanto que eu estou dizendo que isso daí é um ponto que nós iremos fazer.

Tanto que eu reafirmei aqui, quando disseram que estamos fazendo o possível para não atrasar, que nós não iremos atrasar. Nós temos consciência de que isso é um dever do Estado. E dever, nós vamos cumprir, sim. Só que nós não vamos poder avançar em determinados pontos sob pena de, mesmo fechando o Estado, não ter como fazê-lo. Infelizmente o Estado não produz cebolinha, o Estado não planta batata para nós vendermos e termos dinheiro. O único produto que o Estado tem para angariar recurso é o imposto. Nem um dos senhores gosta de pagar imposto, nenhum cidadão gosta de pagar imposto. Mas quer queira, quer não queira, é ele que financia o Estado. E se não existe o imposto e se não existe arrecadação, não há recurso. E se não há recurso, vão pagar com o quê? É uma questão muito simples, é uma conta muito simples.

Concordo com os senhores de que é dever, e é exatamente por reconhecer que é dever que o Governador determinou que não vamos atrasar um dia de salário. E vamos fazer o que for necessário, e não iremos atrasar salário. É por isso que vamos tomar, às vezes, medidas amargas para garantir isso.

Voltando a questão dos jurunas.

Quando foi mencionado pelo Cabo Fernando a questão dos jurunas, de garantir, de que eles foram promovidos, de garantir a questão... Não existe em lugar nenhum, agora, mesmo em vigor com novo Estatuto, qualquer ponto que não possibilite o soldado, o cabo juruna - vamos imaginar que ele foi promovido a cabo através da adequação Juruna -, que ele participe dos concursos para sargento ou de alguma outra coisa, nada o impede de fazer isso daí. Então, existe a possibilidade da progressão na carreira, sim. O que ele não irá é ter uma nova promoção para juruna, de forma de juruna, por quê? Não é porque o Secretário Célio Wilson não quer, que o Comandante Sales não quer, porque o Secretário Geraldo de Vitto não quer, não. Porque a Constituição assim

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

determina, que é uma promoção. A lei federal assim determina, que é uma promoção só. Não há o que se fazer.

Depois de feita essa promoção, ele pode concorrer normalmente aos demais cargos da carreira. Ele pode inclusive prestar concurso para oficial, se for. Ou, se houver a entrada única dentro do concurso interno, ir para o quadro de oficiais superiores, por que não? Com toda possibilidade. Agora fazer a promoção só por antiguidade, não há possibilidade. A lei é específica e diz que a promoção será uma e única. Não há o que se fazer.

Em relação às promoções, eu não posso me manifestar. Esse é um ponto que o Comandante-Geral vai falar, porque é uma questão interna da Polícia Militar. Não há como a Secretaria de Administração, o Secretário se manifestar, apesar de ser sempre questionado por isso.

Aproveitando o final da fala do Cabo Fernando: “Há tempo para tudo”. Os senhores têm que reconhecer também que muita coisa foi feita neste Governo. Não foi o ideal. Gostaríamos de ter duplicado, triplicado o salário de vocês. Gostaríamos! Não foi o ideal, foi o possível. Mas tiveram categorias que receberam 70% de aumento dentro do quadro dos senhores. Os senhores, querendo ou não querendo, tiveram promoções. Tiveram! Os senhores tiveram um realinhamento médio de mais de 40% em três anos. Se os senhores pegarem o histórico da corporação... Eu não acredito que num período de três anos tal progressão tenha ocorrido, mesmo com inflações de 70% ao mês, de 80% ao mês, quando a inflação nesse período foi 19%. Houve ganho, sim! Não foi o que os senhores queriam. Talvez não! E não foi o que o Estado gostaria, não. Mas foi o possível, e já foi o bastante. Os senhores têm que admitir isso também! Não foram feitas só coisas erradas, foram feitas muitas coisas certas também. Inclusive, o Coronel Sales vai mencionar alguns pontos que foram feitos, cursos que foram dados, várias situações foram mencionadas.

Olha, eu queria encerrar essa primeira fase da minha fala, mencionando para os senhores duas coisas: O Estado nunca esteve fechado para discussão de nenhuma idéia, de nenhuma proposta, nunca esteve. Eu, sempre que solicitado, prontamente vinha aqui na Assembléia Legislativa discutir com os senhores, sempre que me solicitaram conversas, mesmo em fim de semana, como aconteceu recentemente. Eu vim conversar com os senhores. Vim conversar e sempre virei. O Estado nunca vai se fechar para conversar. Não há porque se fechar para conversar. A conversa e o entendimento são sempre os melhores caminhos para tudo, para tudo! Nós temos limitações, como aconteceu nas negociações do Estatuto. Avançou-se muito, e em muitas coisas o Governo fincou o pé também, mas era necessário, era possível. Uma negociação não é só um ganhar. Uma negociação é como um casamento: todo mundo tem que ceder um pouco. Se precisamos negociar, então todo mundo tem que ceder um pouco. Alguns ganham de um jeito, outros ganham de outro. É assim que funciona.

O Estatuto - eu quero lembrar até uma palavra que foi mencionada - talvez não tenha sido o ideal, mas foi o possível. E nós desenravamos uma unha que estava inserida na carne de todo mundo, há cinco anos. Retrocedemos em dois pontos que foram necessários para a gente poder manter a governabilidade do Estado. Infelizmente foi o que aconteceu!

O Estado de Mato Grosso, o Governo do Estado de Mato Grosso, em momento algum vai se negar a conversar com vocês. Há necessidade, de repente, de se regulamentar carga horária? Vamos conversar! Tragam as propostas, vamos conversar.

A questão do adicional noturno não é porque o Estado não quer pagar aos senhores, é porque a Constituição não permite. Tem que se alterar a Constituição Federal lá. Se alterar lá, a gente rever a posição! Tem certas coisas que não tem como fazer.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

A questão de aposentadoria, de assinar o pedido de aposentadoria e ir para casa, isso é impossível face à Emenda Constitucional nº 41. Não pode mais fazer isso! Não pode mais fazer isso. Antigamente acontecia. Não acontecia? Antigamente assinava e ia para casa. Mas diante das Emendas Constitucionais nº 19 e, depois, nº 41, que alteraram as regras previdenciárias, isso é impossível. Enquanto não sair o ato, o servidor é considerado ativo e tem que permanecer em serviço, sob pena de falta funcional. Vamos fazer o quê? Está na Constituição Federal, gente, quer queira, quer não queira.

Outro dia eu recebi um questionamento de uma associação de servidores civis que criticaram o Governo por cobrar 11% da contribuição previdenciária. Criticaram. Vocês acham que o Governo acha bom taxar os senhores em 11%? Mas não posso fazer nada! É o quanto a Constituição determina que seja o mínimo. A contribuição previdenciária - texto da Emenda Constituição nº 41 - será de no mínimo 11%. Nós optamos por fazer o mínimo, porque sabíamos que isso pesaria para vocês. E se nós não fizessemos como nós fizemos, o nosso prazo era dezembro de 2004. Dezembro de 2004 era o último prazo que a gente tinha para implantar essa contribuição. Os senhores sabem quando foi aprovada a lei? No dia 29 de dezembro de 2004. Seguramos até o último minuto. O Governo sempre vai agir assim! O Governo sempre vai agir assim. Agora, diálogo, o Governo nunca vai se furtar a ter; explicação o Governo nunca vai se furtar a dar, bem como falar com os senhores, conversar com os senhores. O Governo nunca vai se furtar a fazê-lo. Estamos sempre abertos, sempre à disposição, sempre abertos e à disposição. Às vezes a negociação não vai transcorrer do jeito que os senhores querem, mas é uma negociação, infelizmente o é. Negociar nem sempre é ganhar tudo.

Eu queria encerrar, colocando que tem mais três pontos aqui...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu queria colocar mais um pontinho aqui, para que Vossa Excelência deixe uma luz sobre o efetivo do Corpo de Bombeiro Militar.

O SR. GERALDO DE VITTO - Bom, quanto ao efetivo do Corpo de Bombeiro Militar, houve um envio de uma pré-proposta, cerca de dois meses atrás. O Comando solicitou de volta, e essa proposta está reformulada. Eu acredito que o representante do Comando pode falar melhor disso aí, de como funciona. O Comando-Geral do Corpo de Bombeiro está refazendo essa proposta do efetivo. Eu acredito que o Major Wolkmer, que é o representante do Comando aqui, pode dizer aos senhores o que está acontecendo. Mas, no momento, não foi, não está em poder da Secretaria de Administração. Numa coisa, pelo menos, que está demorando, não é a SAD a culpada, pelo menos numa coisa. Então, o major Wolkmer poderá colocar para os senhores com maior propriedade e dizer como vamos nos comportar.

Eu queria finalizar, então, essa a minha fala, dizendo um pouco desses pontos gerais. O Secretário Célio discorreu, pausadamente, sobre cada um dos temas. Eu também sou a favor da entrada única. Eu sou a favor da entrada única, de se discutir um texto legal de entrada única, de se discutir, juridicamente, a questão da entrada única e, se for juridicamente viável manter, sou a favor de se aprovar e de se fazer. Inclusive, eu fui defensor de uma idéia, que o próprio Comandante concorda em fazer, de se ter, durante o período de transição ou qualquer coisa do gênero, um quantitativo, fixando mínimo de vagas oriundas do corpo de soldados, cabos, sargentos e subtenentes. Ter um número fixo. Vamos dizer assim, se forem 100, 50% serão do corpo dos policiais, por exemplo. Ter a fixação de um mínimo, de um quantitativo mínimo que tem que ser obrigatoriamente preenchido pela carreira de nível médio. Mas essas são propostas. Quero até posicionar que essa é uma situação que terá de ser discutida. É uma situação com o qual o Governo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FARDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

vai discutir com os senhores. É uma situação que os senhores serão chamados para discussão junto com o Governo. Esse não é um posicionamento que será imposto. Os senhores vão discutir, como foi feito com a questão do estatuto. Nós vamos chamar a categoria, vamos conversar e, dentro de um contexto geral, iremos chegar a um ponto de encontro e iremos tomar uma decisão nesse sentido.

Na questão das regulamentações acerca da etapa fardamento - da etapa alimentação o Secretário Célio já falou - e da carga horária, o Comando-Geral já está trabalhando em uma regulamentação. Inclusive, existe um grupo designado pelo Comandante Sales, que está na Secretaria de Administração, especificamente para discutir um pré-modelo de regulamentação. Nós não vamos enviar nenhum projeto de lei, ou decreto, ou o que quer que seja, ou instrumento normativo, que seja necessário para regulamentar, para publicação, ou para a Assembleia Legislativa, sem antes apresentá-lo às categorias. Nós nos comprometemos com isso. Tendo o texto de proposta nas mãos, chamaremos os senhores, iremos mostrar e designar. Não há qualquer problema nesse sentido.

Adicional noturno, como eu disse, é uma imposição constitucional. Não há o que se falar.

Eu vou falar agora sobre o concurso de sargentos, para finalizar a minha fala. Eu me comprometi com os senhores, no plenário desta Casa, que iríamos fazer ou manter o concurso de sargentos. Eu me propus a isso com os senhores. Eu, publicamente, não me lembro quantas pessoas havia, empenhei a minha palavra que iríamos fazê-lo. Publicamente, eu empenhei. Isso foi em dezembro do ano passado, se não me falho a memória. Isso foi em dezembro do ano passado, em 15 de dezembro. Tanto que, se não me engano, um dia depois, dois dias depois, um pouco antes, nós publicamos uma prorrogação do curso. Foi publicado no *Diário Oficial*. Infelizmente, nós tivemos alguns pareceres da Procuradoria-Geral do Estado, que não nos recomendaram a prorrogação do curso. Não por vontade do Secretário de Administração ou de qualquer outra pessoa, foi uma recomendação própria da Procuradoria-Geral do Estado.

É muito difícil para mim, que me comprometi pessoalmente com os senhores, dar uma notícia como esta. É muito difícil para mim. Até o último momento, o Comandante sabe, todas as pessoas que acompanharam a briga sabem, eu fui um leão para manter a minha palavra, só que pelo parecer da Procuradoria-Geral, ela não nos deixou muita saída.

O Comandante Sales depois vai especificar um pouco melhor aos senhores como aconteceu e o que estamos pensando em fazer. A situação nos pegou de surpresa, porque esse parecer surgiu esta semana. E nós vamos ver como vamos proceder.

Eu havia, inclusive, me posicionado, numa conversa que eu tive com os representantes dos senhores na semana passada, que nós íamos sair daqui com uma situação, só que esse parecer nos pegou um pouco de calça curta.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu queria propor à Deputada Verinha Araújo e à Comissão de Segurança a convocação imediata do Procurador aqui na Comissão de Segurança para apresentarmos isso na terça-feira em plenário para ele explicar esse parecer para a Comissão. Muito obrigado.

O SR. GERALDO DE VITTO - Bom, diante desse quadro, infelizmente, como eu disse, não sou portador de boas notícias sobre isso. Infelizmente, não sou portador de boas notícias. Poderia muito bem... Nós vamos sempre enfrentar as más notícias da mesma forma como enfrentamos as boas notícias e vamos dar prosseguimento ao que tiver que dar prosseguimento.

Quero pedir e agradecer a todos pela paciência em me ouvir. As pessoas que sempre vêm o Secretário de Administração falando, normalmente, não gostam muito das palavras

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

que nós temos, mas, infelizmente, a minha função é ser verdadeiro, e eu sempre irei ser verdadeiro com todos, por ser um princípio de Deus que determina que a verdade sempre deve estar acima de tudo e nós devemos enfrentá-la sempre que necessário, porque não adianta ficarmos tendo uma indefinição.

Então, eu já disse: a possibilidade de continuação do 10º curso para sargentos não existe mais.

Dentro dessa ótica, eu quero de novo agradecer a compreensão, a paciência de todos os senhores de me escutarem, agradecer a Deus pela possibilidade de estar aqui, agradecer por tudo e colocar novamente à disposição dos senhores para qualquer tipo de conversa. Nunca nos furtamos a conversar e permaneceremos com essa disponibilidade até o final, e pedir desculpa para os senhores, mas, infelizmente, eu vou ter que me ausentar sim.

Eu acredito que os pontos que eu coloquei foram respondendo pontualmente cada um dos quesitos que têm aqui, cada um dos quesitos que foram colocados. Eu peço encarecidamente mesmo desculpas para os senhores...

A Srª Márcia Cavalcanti - Pela Ordem, Sr. Deputado, eu gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu vou conceder a palavra, pela Ordem, por três minutos.

A SRª MÁRCIA CAVALCANTI - Sr. Secretário, o grupo a que o senhor se refere, que fez uma conversa neste final de semana, foi o grupo de Rondonópolis. Eu, como representante dele, e estamos aqui hoje em 42 pessoas e viemos de lá para cá para ouvir essa resposta?

O senhor fez também um outro compromisso: caso não fosse possível a continuidade do 11º curso, seria aberto, imediatamente, a convocação do 12º e todos esses estariam inscritos. Correto? Então, nós queremos saber, porque o pessoal veio aqui para ouvir isso, não só de Rondonópolis, mas também o pessoal do restante do Estado. Então, nós queremos saber desse compromisso, porque o senhor foi bem taxativo lá em fazer esse compromisso com o pessoal. Obrigada (PALMAS).

O SR. GERALDO DE VITTO - Eu queria só posicionar que, de fato, eu fiz esse compromisso ali, mas quem ia anunciar isso seria o Comandante Sales depois que eu saísse.

Essa é a nossa intenção, de fato, imediatamente convocar o 11º curso de sargentos, só fazer alguns ajustes, de acordo com o que a Procuradoria nos solicitou e imediatamente convocar esse concurso.

E aquelas pessoas que já estavam inseridas no curso, que são em torno de 600, já terão garantido, de imediato, a inscrição nesse concurso, independente de qualquer ato - já estão inscritos, independente de qualquer ato. Isso já era um ponto que iríamos colocar, mas não seria eu. Mas tudo bem.

Eu queria agradecer, então, Deputado, a todos os senhores. Quero pedir novamente desculpas. Eu acho que a minha permanência não vai acrescentar mesmo e, infelizmente, eu tenho um compromisso.

Desculpem-me e muito obrigado a todos pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu vou conceder a palavra à Deputada Verinha Araújo antes de falar o Sargento José Maria.

A SRª VERINHA ARAÚJO - Boa-tarde a todos e a todas, todos os militares aqui presentes, do Corpo de Bombeiros, homens e mulheres dessas corporações.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

Cumprimento aqui o Deputado Humberto Bosaipo, que dirige esta audiência pública, o Secretário Geraldo de Vitto, que está se retirando, mas eu gostaria ainda que ele ouvisse a minha intervenção, o Coronel Leovaldo Sales.

Cumprimento aqui, em nome de todos os policiais militares, em nome das mulheres, a Veranei, que aqui representa as mulheres e família de milicianos, e o Major Coneza em nome de todos e de todas.

Eu queria aqui rapidamente fazer uma observação para esse debate, antes que eu entre na questão do Estatuto.

Nós estamos acompanhando, há alguns dias, toda essa movimentação em Mato Grosso sobre a questão dos produtores rurais. E vou dizer por que eu estou tocando nisso. Inclusive porque nós fizemos intervenções junto ao Ministério da Agricultura para que as negociações fossem reabertas, e elas foram abertas agora, há 15 dias, com o oferecimento de um bilhão de reais para o subsídio da soja. Agora, na audiência com o Presidente Lula, o Governador recebeu dele o compromisso de um pacote a ser lançado até o dia 25.

E me preocupa muito, porque hoje essa tal crise virou desculpa para tudo em Mato Grosso. Qualquer um que você fala, hoje, quando é para reivindicar alguma coisa é porque o Estado está em crise. E essa crise, e essa crise, e essa crise, e a crise, todo mundo só houve falar de crise. Eu quero aqui, e tenho contestado isso e vou dizer por quê.

No ano passado, o Governo disse, no segundo semestre, que vinha uma crise muito grande no Estado, que ia cair a arrecadação, que nós íamos perder arrecadação, que não íamos ter dinheiro. Muito bem.

Aqui nesta Casa nós fizemos uma Audiência Pública para receber a prestação de contas do Governo. E, na prestação de contas do ano de 2005, não houve déficit, houve superávit. A arrecadação ampliou em mais de 20% em relação a 2004. No quesito ICMS, ela foi 5% maior do que 2004.

Portanto, eu estou, inclusive, com a prestação de contas aqui em minhas mãos. E gostaria de dizer aos senhores que o Estado, no ano passado, teve uma receita geral de cinco bilhões, trezentos cinquenta seis milhões. Desses cinco bilhões, trezentos cinquenta seis milhões, o ICMS, que é do Mato Grosso, ocupou nesse montante 60% de imposto. Portanto, o ICMS sozinho não banca os impostos do Estado de Mato Grosso.

Da receita tributária, que aí é incluído o ICMS, nós temos 161 de Imposto de Renda, que é aquilo que é descontado dos salários dos senhores que são servidores públicos, mais 160 milhões de IPVA; mais IPCD e o ICMS ocuparam três bilhões e oitenta cinco, dos cinco bilhões e trezentos cinquenta e seis milhões.

Nesse setor que nós estamos acompanhando aí, que é o setor do agronegócio, que não é todo o agronegócio, é apenas a questão da soja que realmente está com problema... Está sim! Nós admitimos isso! Tanto é que nós estamos articulando toda a negociação para a resposta. O FETHAB arrecadou, de três bilhões e oitenta cinco milhões, duzentos noventa quatro milhões. Portanto, é uma média de 28% desse setor que entra soja, gado, milho, etc.

Então, nós temos que tomar cuidado e temos que fazer um apelo às autoridades do Governo do Estado, que essa história de colocar tudo agora na crise, aí sim o Estado vai ficar em crise, porque se o próprio gestor público fica dizendo aos quatro ventos, fora de Mato Grosso, que nós estamos em crise, aí sim que não vamos ter investidor aqui, vamos afugentar os investidores, aí a crise vai gerar no município, porque aí não tem abastecimento, etc.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FARDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

Então, eu quero fazer um apelo. E acho que o Governador, ontem, Deputado Humberto Bosaipo, veio a esta Casa para assumir a postura de Governador, que ele precisou ter que assumir. Ontem, ele veio aqui e assumiu postura de Governador e não de produtor rural. E é nesse sentido que os gestores deste Estado precisam acabar com... Nós temos uma pequena crise de um setor, vamos buscar a saída, isso é obrigação nossa independente de Partido Político. Agora, não vamos generalizar e hoje dizer que vai ter que reduzir dinheiro da segurança, da saúde, da educação, que vai ter que contingenciar, porque o Estado está em crise.

Eu quero ver a prestação de contas do primeiro quadrimestre de 2006, e quero ver o que é que caiu, se caiu, o que é que caiu de arrecadação, porque até agora nós não vimos isso. Há poucos dias que o Estado disponibilizou no *site* da Secretaria de Fazenda as contas de um mês, só de janeiro. Quer dizer, fevereiro, março, abril e já estamos no mês de maio. Está certo?

E, para finalizar, agora entrando na questão do Estatuto, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Deputada Verinha Araújo, eu gostaria que Vossa Excelência assumisse a direção dos trabalhos, momentaneamente, e, depois, na seqüência, passasse a palavra ao Sargento José Maria Lima e Silva, que eu vou atender o ex-Governador Jayme Campos, que está me aguardando aqui.

(A SRª DEPUTADA VERINHA ARAÚJO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 16:32 HORAS, MOMENTANEAMENTE.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito obrigada, Deputado.

Com relação ao Estatuto... Olha, os senhores, mais do que ninguém, que vêm acompanhando esse debate na Assembléia Legislativa, a categoria do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar foi uma das categorias que mais sofreu nesta Casa para ver seu Estatuto aprovado. Eu estou dizendo isso porque acompanhei o Estatuto da Polícia Civil, da Polícia Técnica-Científica, o Estatuto de Professores, do pessoal da Saúde. Mas foi o que mais demorou, porque havia uma série de questões no Estatuto, uma série de setores dentro da Polícia Militar, que precisava ouvir a todos e se ouviu. E aquilo que o Major Coneza falou é um Estatuto que foi para recuperar direitos que existiam e que, na verdade, não recuperaram todos e perderam alguns. Eu não vejo sentido, hoje, estarmos aqui discutindo. Aquilo para mim é obrigação do Estado, o Estatuto está aprovado. O Governo do Estado tem que cumprir o Estatuto da Polícia Militar! (PALMAS)

Gente, nós votamos nesta Casa verbas indenizatórias para algumas categorias. Eu votei nessas verbas indenizatórias. Nós tínhamos uma greve da Polícia Civil que eu acompanhei desde o início, foi uma luta para o Governo sentar à mesa de negociação, para reconhecer as reivindicações, para cumprir aquilo que foi acordado na greve, e o maior problema na greve era justamente a diferenciação que se criou dentro da carreira de Polícia Civil para tal verba indenizatória. Então, o Governo mandou para cá um Estatuto que previa a questão do fardamento, que inclusive eu fiz uma emenda para estender aos sargentos, aos oficiais também e que não foi aprovada, se isso veio escrito, se isso demorou três anos para aprovar, por que o Governo depois retirou isso, retirou esse direito? Eu não compreendo! E acho que seria o tipo da verba indenizatória que nós estamos pagando hoje para algumas categorias. Por que não? E acho que é mais do que de direito vocês receberem os instrumentos de trabalho de vocês que é a farda, que é a identificação. Hoje, inclusive, tem policial que tem que levar na sacola para poder trabalhar - em São Paulo está acontecendo isso -, para inclusive não sofrer risco de vida. Não sei aqui também se não temos... Eu sei que tem problemas também.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

Então, eu vejo, Coronel Leovaldo, deixaram a batata quente na mão do senhor, mas nós vamos conversando, e não vejo por que o Governo retirou algo que nós construímos no Estatuto, discutimos tudo e depois retirou.

A questão da carga horária, isso é lei, não tem sentido, a gente vê, a gente ouve depoimento, a gente sabe que a Polícia Militar está trabalhando bastante, tem trabalhado, e tenho visto a Polícia na rua, tenho visto em *blitz* mesmo, várias *blitze*, não sei por que não se cumpre a carga horária, fazer outro concurso, está na hora de chamar outro concurso da Polícia Militar, está mais do que na hora; nós votamos o efetivo, foi uma luta na votação da lei que o Governo enviou a esta Casa para garantir o direito das promoções, porque ele não queria, tinha reduzido inclusive as promoções; batalhamos aqui, conseguimos com vários Deputados para que isso fosse restabelecido.

Então, eu quero me colocar aqui, como sempre, desde o início, desde o primeiro ano que estamos nesta Casa, que é a categoria que eu vi mais sofrida para ver o seu Estatuto votado. De todas, foi a mais sofrida. Não teve nenhuma aqui que ficou mais do que três anos, todos sabem disso. E aí ainda vota, mas depois não quer cumprir aquilo que foi votado. Quer revogar.

Então, eu acho que isso é muito ruim. Isso não demonstra confiança, não demonstra credibilidade. Quem se senta à mesa de negociação, nós não sabemos se está sendo honesto, se realmente vai cumprir ou não. Então, eu quero fazer esse apelo aqui ao Coronel Leovaldo, que é o Comandante hoje maior da Polícia Militar, e fazer também ao nosso companheiro Major Wolkmer, que representa o Comandante do Corpo de Bombeiros: É preciso que nessa história de negociação nós sejamos verdadeiros. O Governo precisa ser verdadeiro, e não ficar enrolando, ou seja, discutir uma coisa, e daqui a um dia tirar, não ir para frente e tal. O estatuto não é cumprido, e a categoria está aí esperando uma resposta de um setor. Nós estamos vendo que foi preciso um fato como o que aconteceu em São Paulo para a Polícia Militar, Guarda Metropolitana, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil terem o seu valor, terem a proteção do Estado.

Então, eu quero me colocar a disposição solidária para essa luta e fazer esse apelo ao Governo para olhar para essa categoria sofrida de Mato Grosso, É isso. (PALMAS)

O Sr. Geraldo de Vitto - Deputada, por favor, questão de ordem.

A SR. PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Ainda bem que o senhor está aí me ouvindo. Pode falar, Secretário.

O SR. GERALDO DE VITTO - Eu não iria nunca deixar qualquer fala ou qualquer situação sem poder dar a atenção que é necessária a ninguém ou a nenhuma categoria, e a senhora também, a ninguém. Eu queria deixar claro aqui que o Governo não está se furtando de conversar e está sendo verdadeiro o suficiente a ponto de recolher, quando não tem possibilidade de cumprir alguma coisa. Não tem. O Governo está sendo verdadeiro o suficiente para dizer isso, verdadeiro o suficiente para dizer isso. E, ao mesmo tempo, estamos nos colocando a disposição para qualquer tipo de conversa, para qualquer tipo de discussão. Inclusive, já fui aqui questionado por alguns representantes dos senhores a cerca do próprio concurso. Eu disse que estamos dispostos a ouvir sugestões dos senhores de como nós vamos fazer o concurso. Não tem problema nenhum. Já disse aqui como vai fazer. O Governo não vai, de maneira nenhuma, deixar de conversar com os senhores, de maneira nenhuma, não vai mesmo. Só que às vezes, não há possibilidade de se fazer as coisas do jeito que as pessoas imaginam. E, Deputada, desculpe-me, mas a senhora está dizendo que não está vendo onde estão as quedas de arrecadação. Basta à senhora ir ao supermercado e ver se alguém está comprando alguma coisa. Basta a senhora ir alguma loja de investimento e ver se alguém está comprando alguma coisa. Infelizmente, é aquilo que eu digo: Desacelerou a atividade econômica, cai a arrecadação de impostos. E nós já estamos tomando medidas para que isso não seja

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FARDAMENTO, ETAPA ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

objeto de futuras surpresas. A arrecadação se estabeleceu, mais ou menos, de uma forma conservadora, do jeito que imaginávamos, no mês de janeiro, mas os demais meses serão muito difíceis. Os senhores acreditem ou não. Quem não acreditar ou não...

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Secretário, mas a minha questão.

O SR. GERALDO DE VITTO - Deputada, eu deixei a senhora falar até o final. Permita-me, por favor.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Mas eu peço um aparte a Vossa Excelência, porque eu quero questionar.

O SR. GERALDO DE VITTO - Com toda certeza.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu quero questionar. Eu estou questionando.

O SR. GERALDO DE VITTO - Pois, não. Com toda certeza. A senhora tem tanto direito, como toda população mato-grossense tem.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Porque na nossa avaliação vocês estão dimensionando a crise. Vocês estão colocando a crise como o centro. E ela está virando crise mesmo (PALMAS).

O SR. GERALDO DE VITTO - Não tem sentido o Governo esconder e tapar o sol com a peneira. Nós não estamos tapando o sol com a peneira. Nós estamos sendo reais. A crise existe. As pessoas que são do norte do Estado vêem a crise no dia-a-dia. O desemprego aqui é grande, Deputada. Basta a senhora sair e ver o Estado. Infelizmente. Aqui em Cuiabá talvez se pense a crise não tenha chegado, mas chegou, sim. E todo mundo sabe. E ela é real. Ela não é irreal. E não é um problema... Eu vou deixar bem claro: a crise não é do Estado de Mato Grosso, não é uma crise mato-grossense. A crise do agronegócio não é mato-grossense. Não é à toa que o Governador Blairo Maggi esteve, na terça-feira, em conversa com o Presidente Lula, Deputada, com treze Governadores. Treze. Não foi um. Não foi o Governador Blairo Maggi que foi falar com o Presidente. Ele liderou um grupo de treze Governadores, inclusive do Mato Grosso do Sul, que hoje está tendo dificuldades de arrecadação e pagamento de salário. A crise já é grande também.

Essa crise existe, Deputada, a senhora querendo, os senhores querendo ou não-querendo vê-la. Ela existe, é real, e o Governo não vai se furtar de manifestar isso. O Governo não está tripudiando em cima da crise. Muito pelo contrário, nós estamos sendo precavidos. Porque nós estamos tendo a hombridade de cumprir com aquilo que nós cumprimos e com aquilo que foi colocado aqui como dever do Estado, que é o pagamento do salário dos senhores. É dever do Estado? Concordo. É por isso que nós vamos honrar até o último dia. E vamos tomar todas as atitudes necessárias diante dessa crise, os senhores queiram ou não, que é real. Não é uma crise mato-grossense. É uma crise nacional. É uma crise que afeta o Rio Grande do Sul; afeta Santa Catarina; afeta a Bahia, afeta o Maranhão; afeta Minas Gerais. Afeta a todos. É real. Por isso que o próprio Presidente Lula reconheceu e vai tentar propor uma saída, com propostas, aliás, até o dia 25. E o Governo está dando crédito, Deputada, porque ele reconheceu que existe a crise. O próprio Presidente da República reconheceu que existe a crise.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Só uma pergunta, Secretário.

O SR. GERALDO DE VITTO - Pois não, Deputada.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Qual é o cálculo que vocês fizeram com relação a essa questão do fardamento? Vocês tem esse cálculo lá? O valor.

O SR. GERALDO DE VITTO - É uma questão muito simples: Quantos homens nós temos na polícia hoje?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Mas não são todos...

O SR. GERALDO DE VITTO - São todos os soldados. Quantos soldados nós temos na polícia hoje? Quantos cabos e soldados nós temos na polícia hoje? Quatro mil. Qual é a menor remuneração que temos dos cabos e soldados hoje? Mil e... Então, vamos fazer uma conta básica: Quatro mil vezes mil dão quatro milhões. Quatro milhões de reais.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Quanto é a folha geral da Polícia Militar?

O SR. GERALDO DE VITTO - A folha geral, esse número eu não tenho de cor aqui, o Comandante pode falar. Mas isso deve representar, pelo menos, Deputada, de 4% a 5% da folha de acréscimo. Se nós estamos num momento de crise em que nós precisamos fazer o que for para manter o comprometimento, 5% de folha é muito dinheiro. Os senhores vão me desculpar, mas é muito dinheiro. Uma vez por ano significam quatro milhões ao ano. Infelizmente é muito.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - É um investimento.

O SR. GERALDO DE VITTO - Eu concordo com a senhora. Por isso que nós não estamos deixando de fazê-lo. Por isso que o Estado não disse que não vai fornecer o uniforme. Hoje para o Estado, do ponto de vista de conta, nós temos um registro de preço que foi feito em conjunto com o Governo federal, em que um uniforme tem um custo “x”, que vai ficar mais barato o Governo comprar o uniforme e fornecer ao soldado do que fazer indenização.

Hoje é momento de vermos isso, por quê? Porque nós vimos que isso é assim. Nós temos que tomar todas as medidas para essa crise, que é real, os senhores queiram ou não queiram, a senhora queira ou não queira, não nos atingir. E nós não iremos deixar que ela atinja a ponto de comprometer salário. Não deixaremos. Não há qualquer possibilidade de haver atraso de salário dos senhores. Por isso que nós vamos tomar medidas, inclusive, amargas para garantir isso.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada.

(PARTICIPANTE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós vamos continuar as inscrições. Eu tinha pedido a fala, fiz uma intervenção, o Secretário respondeu, se ele permanecer no local, nós vamos contar com as respostas.

O SR. GERALDO DE VITTO - Deputada, infelizmente, eu já estou mais do que no adiantado, e agora eu preciso me ausentar.

(MANIFESTAÇÃO NA PLATEIA)

O SR. GERALDO DE VITTO - Senhores, eu não tenho todas as respostas que dizem respeito à Polícia Militar, eu não tenho todas as respostas. Os senhores mesmo admitem que a carreira de vocês, que o corpo de vocês é diferenciado do resto do Estado. Os senhores mesmo não admitem, pela peculiaridade que os senhores têm, pela própria função inerente ao exercício que os senhores têm. Infelizmente eu não tenho todas as respostas. Existem certas coisas que vamos ter que conversar.

E eu repito: eu me coloco à disposição de todos os grupos organizados para fazermos novas discussões sobre qualquer dos itens que estão sendo colocados.

O Governo nunca vai se furtar a conversar com os senhores. Nunca. Nunca. Nós podemos, às vezes, não aceitar algumas reivindicações, agora, deixar de conversar, nunca. Então peço desculpas aos senhores, realmente peço desculpas. Infelizmente eu vou ter que me ausentar, se alongou um pouco demais, tínhamos a previsão de sair um pouco mais cedo infelizmente, peço desculpas, mas o Governo se mantém aberto. O Comandante e o próprio Coronel Oliveira vão representar o Governo com toda a possibilidade.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

Desculpem-me e obrigado pela atenção de me ouvir.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada.

Convido para fazer uso da palavra o Sargento José Maria Lima Silva, que é Vice-Presidente da Associação dos Sargentos, Subtenentes e Oficiais Administrativos Especialistas da PM e Corpo de Bombeiros.

O SR. JOSÉ MARIA LIMA SILVA - Exm^a Sr^a Deputada Verinha Araújo, em nome de quem cumprimento todos os demais da Mesa, senhora e senhores, boa-tarde.

Quero lamentar aqui inicialmente a ausência dos Secretários de Justiça e Segurança Pública e de Administração, que poderiam, sobremaneira, contribuir, dando respostas a algumas perguntas que tínhamos a fazer.

Infelizmente não vamos poder contar com a presença deles, mas, com certeza, estaremos formalizando essas perguntas e encaminhando às Secretarias que eles ocupam para que talvez possam dar essas respostas que precisamos.

Nas questões dos quesitos da pauta de hoje, com relação à progressão de carreira, o assunto já foi vastamente debatido, mas um ponto importante não foi falado.

A lei de fixação de efetivo, que é a Lei Complementar nº 244, que foi aprovada em abril deste ano aqui nesta Assembléia, ampliou o quadro de um modo geral, do coronel até o soldado. Só que nessa mesma lei, no art. 2º limitou essa promoção de acordo com o percentual fixado no efetivo existente de soldado. Ou seja, ao mesmo tempo em que amplia o quadro, limita a possibilidade de promoção. Isso implica em dizer que o efetivo de 3º sargento existente hoje na nossa instituição já está em excedente.

Não tem como falar em promoção a 3º sargento se não for vetado o art. 2º da Lei Complementar nº 244. O número de 3º sargento hoje é excedente e ainda tivemos a bela notícia do Secretário, dizendo que não vai mais acontecer a segunda parte do 10º curso de formação de sargentos.

O Secretário nos disse à parte aqui que está assegurada a vaga desses profissionais, desses militares que já foram aprovados no 11º curso de formação de sargentos, que será aberto concurso público. A seleção usada foi essa, concurso público e não seleção interna. Isso implica em dizer que estarão concorrendo também os civis que não fazem parte da nossa instituição. Não conhecemos o projeto, não conhecemos o que vai ser apresentado. Vamos tentar tomar conhecimento disso aí e, num posterior momento, debatermos o assunto. Gostaríamos muito, enquanto associação, de ser convidado para participar da discussão e da elaboração do edital. Conhecer o Parecer da Procuradoria-Geral que impede o cumprimento dessa segunda etapa do 10º curso de sargento, e está deliberando também sobre o assunto.

Em relação aos sargentos promovidos por recompensa, que são os sargentos jurunas, a coisa não é muito diferente. A Lei Complementar nº 244 criou um quadro especial que possibilitaria os sargentos promovidos por recompensa, sargento juruna, ascender até a graduação de subtenente. Só que ao mesmo tempo, no art. 2º dessa lei, limitou por percentual de acordo com o efetivo de soldado existente. Deu com uma mão e tirou com a outra. Muitos poucos serão beneficiados com a aprovação dessa lei.

Um outro aspecto que não foi debatido aqui ainda até o momento, mas que é importante e oportuno debater, é a extinção do quadro de oficial complementar que a Lei Complementar nº 244 veio vetando.

A Lei Complementar nº 244 extingue a Lei Complementar nº 160 que criava o quadro de oficiais complementares. O dispositivo é o mesmo. Ampliou o número de vagas para

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

oficiais complementares e ao mesmo tempo impossibilitou a entrada de qualquer policial militar nesse quadro. O quadro existe. Foi ampliado o número de vagas, porém não tem mecanismo para que se tenha acesso a esse quadro.

A necessidade que nós temos é de regulamentar, de criar, de legislar sobre isso, criando a possibilidade de inserção nesse quadro, criando a possibilidade de nosso sargento e subtenente numa ascensão da sua carreira tenha a oportunidade de fazer parte desse quadro.

O que nos deixa bastante triste nesse aspecto é que enquanto associação, enquanto representante de classe, ninguém foi consultado, não houve a possibilidade de debate e nem da discussão quanto à questão do assunto.

A questão da carga horária, senhores, a questão da carga horária, ela já se arrasta na Polícia Militar há bastante tempo. É um assunto que não é novo e há necessidade de se normatizar isso. Ela, hoje, é necessária e demasiadamente apressada.

A escala, a sobrecarga de serviço que pesa nos ombros dos policiais militares, hoje, é maior do que o suportável. Não há que se falar em prazo, não há que se falar em espera e nem em tempo para pensar, para discutir esse assunto.

Eu acho que, hoje, deveríamos sair daqui com, no mínimo, uma agenda marcada para uma reunião de discussão, a elaboração de um projeto de lei, a formalização final desse assunto.

A questão da etapa alimentação, segundo foi dito aqui pelo Secretário de Segurança Pública, Dr. Célio Wilson, já existe um decreto já editado que está regulamentando essa questão. Nós ainda não temos conhecimento desse decreto. Eu ainda não tive a oportunidade de ler esse decreto, mas a gente acredita, pela forma que foi exposta, que não é aquilo que nós gostaríamos que fosse. O que nós acreditamos que resolveria o problema dos nossos policiais militares é que seja, esse dinheiro, esse valor correspondente à etapa alimentação, depositado na conta salário de cada policial militar, de cada bombeiro militar, para que ele possa fazer uso dessa verba, desse dinheiro, verdadeiramente, para sua própria alimentação. A forma que é desenvolvida, hoje, nós entendemos que passa muito longe do ideal e cria situações embaraçosas, dá margem a pensamentos indevidos. Nós gostaríamos disso com mais transparência e gostaríamos da possibilidade de analisar isso de forma mais visível, de forma mais coerente. Nós entendemos que essa verba na conta salário de cada profissional é a forma mais adequada, mais justa e mais tranqüila desse repasse.

A questão do auxílio uniforme, a Deputada Verinha Araújo frisou muito bem, não há que estar discutindo, cinco meses após a aprovação do nosso Estatuto, a regularização, a regulamentação do auxílio uniforme. Eu entendo que é apenas e tão-somente a aplicação da lei. A Lei Complementar nº 244, recém-aprovada em abril, aqui nesta Assembléia, criou o dispositivo - como o Secretário classificou - flexibilizando o pagamento desse auxílio uniforme. E isso, ele ainda não citou, mas também está na Lei Complementar nº 244, que mesmo dessa forma flexibilizada, ainda vai ser regulamentada através de decreto a ser editado pelo Poder Executivo, senhores.

Então, isso está longe da solução e longe também de atender nossos anseios. O que nós verdadeiramente gostaríamos, neste momento, é que fosse cumprido o que está estabelecido na Lei Complementar nº 231, que é o Estatuto dos Servidores Públicos Militares Estado de Mato Grosso.

A questão da porta única de entrada em nossas instituições, tanto para o Bombeiro quanto para a Polícia Militar. Parece-me que o assunto é consenso. Os dois Secretários disseram que concordam, acham interessante, defendem a posição da porta única, mas nenhum dos dois já se manifestou favorável a isso na elaboração de algum projeto. O projeto que se tem tramitando hoje não regulamenta a porta única de entrada, ele modifica algumas coisas com reserva de quota do CFO

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

para o público interno da instituição Polícia Militar. Esse projeto não está alcançando os bombeiros, porém, isso não é a porta única de entrada da Polícia Militar, aquilo que nós queremos e estamos dispostos a discutir.

Então, se é consenso dentro das instituições, nós queremos uma agenda, vamos apaziar, vamos marcar data, vamos discutir esse assunto, vamos sentar as instituições juntas e vamos discutir essa porta única, já para quando essa lei vir em uma mensagem para a Assembléia Legislativa, já venha com consenso entre as instituições e as associações representativas de classe. Nós gostaríamos mesmo era de uma agenda para discutir um prazo curto, o mais curto possível, à realização desse projeto.

A questão do subsídio correspondente à função que o policial ou que o bombeiro militar desempenha. A Lei Complementar nº 231, no art. 17, regulamentou que o policial militar e o bombeiro militar que desempenhar atividade privativa de superior hierárquico faz jus ao vencimento correspondente. Nós entendemos isso como um critério de justiça. Critério de justiça porque o profissional que estiver desempenhando a função privativa de seu superior hierárquico também responde civilmente, administrativamente e criminalmente por todos os atos que ele produzir. Isso não tem nenhuma diferença. O profissional que estiver desempenhando função privativa de seu superior hierárquico responde civilmente, criminalmente e administrativamente por qualquer ato que ele produzir. Ele não pode alegar como excludente de licitude que ele não era o titular do cargo.

Então, senhores, se não tem essa diferença, não pode ter também diferença na questão de vencimento. O Estado estaria, nos parece, que com profissional trabalhando gratuitamente se houver essa diferenciação, porque quem desempenha a mesma função dentro da mesma instituição, com as mesmas responsabilidades, não pode e não deve ter um salário diferenciado daquele que é o titular daquela cadeira.

O prazo para início do curso de formação de sargento. Com relação ao curso de formação de sargento nos parece que tem alguns fatos novos que nós ainda não temos conhecimento. Pelo que o Secretário, Dr. Geraldo de Vítto, nos adiantou aqui, que vai ser realizado um novo concurso, um novo concurso público, mas que fica assegurado o direito àqueles que já têm, à matrícula no décimo primeiro curso de formação de sargento. Eu acho perigoso afiançar isso apenas em palavras em uma reunião, alguma coisa que ainda não foi formalizada, mas também seria um pouco perigoso falar daquilo que nós não temos conhecimento. Então, nós preferimos aguardar, procurar o Secretário, ver o documento que formaliza isso, conhecer o parecer da PGE, que ele diz que impede a segunda etapa do curso de formação, e então nós estarmos manifestando.

O SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Peço para o senhor encerrar.

O SR. JOSÉ MARIA - Só finalizando, senhores, porque o tempo é curto. O que eu gostaria de estabelecer como prioridade aqui é que nós saíssemos daqui com uma agenda, com um calendário de reuniões em que pudéssemos estar discutindo essas questões aí. Os pontos mais importantes que nós gostaríamos de estar discutindo é principalmente a data de início do curso de formação de sargento e a porta única de entrada para as instituições Polícia Militar e Bombeiro Militar.

Meu muito obrigado e boa-tarde a todos.

A SR^a VERINHA ARAÚJO - Convido o Sargento Vicente Miguel da Silva, Presidente da Associação dos Militares Inativos e Pensionistas do Estado de Mato Grosso. Nós temos ainda cinco inscritos, por isso estamos pedindo o cumprimento do tempo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FARDAMENTO, ETAPA ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

O SR. VICENTE MIGUEL DA SILVA - Cumprimento a Deputada Verinha Araújo, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades da Mesa; cumprimento os policiais militares e bombeiros militares; cumprimento as associações em nome do Ten. Cilênio, da Reserva.

Senhoras e Senhores, tudo o que já foi falado... A Associação de Militares Inativos está aqui plenamente apoiando nossos nobres companheiros e representantes de Associações. Pode haver até uma indagação do por que a Associação de Inativos também tem interesse nessas causas, onde trata de fardamento e etapa alimentação. Quero dizer, meus senhores, que uma boa parte dos nossos policiais militares da ativa é filho de militares inativos. Eu tenho certeza de que aqui tem alguns pais de policiais militares da ativa.

Por isso, essa reivindicação é estendida a nós, que somos representantes dos policiais militares inativos como às outras associações. Então, nós formamos uma parceria, formamos um bloco. E isso está acontecendo depois dos últimos comandos, que têm nos dado a oportunidade de trazermos as nossas idéias também. Porque com o advento da Lei de 2000, que foi feita não sei como, onde não tivemos nenhuma participação, foram cortados vários direitos dos militares, que até hoje os reivindicam., tais como: inatividade, adicional de serviço. Vários direitos, dentre eles nós tínhamos o Posto Imediato, que era uma premiação, senhores e senhoras, no final da carreira. Era o Posto Imediato. Ele iria com aquele posto a mais quando fosse para a Reserva, quando completasse os 30 anos ou viesse a se acidentar. E isso também foi tirado com o advento da Lei nº 71, de 2000.

Portanto, nós colocamos essa proposta novamente. E recebemos várias reivindicações para levarmos essa proposta. Em todas as condições que colocamos, ela foi retirada. Inclusive, nós tivemos uma reunião, uma audiência, com o Exmº Sr. Governador, com a presença de quatro Parlamentares, inclusive a Deputada Verinha Araújo, o Deputado Humberto Bosaipo, que são os que têm nos dado um suporte para trazermos as nossas idéias, para não ser somente as idéias dos formadores de opinião.

Senhores e senhoras, nós tivemos o privilégio de acompanhar o Estatuto da PM. Foram três anos para fazer o melhor, e o pessoal ainda não ficou muito contente. Desta feita, tem aqui o art. 121 que eu gostaria de ler.

(O SR. DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 17:03 HORAS.)

O SR. VICENTE MIGUEL DA SILVA - O art. 121 do Estatuto da Polícia Militar, lei complementar de 15 de dezembro de 2005... Ficou ajustado, eu não sei porquê, numa audiência junto com o Governador, com o Dr. Geraldo de Vitto, com os Parlamentares, com o Deputado Humberto Bosaipo e com a Deputada Verinha Araújo, com relação ao Policial Militar que vai por invalidez, que vem a sofrer um acidente, que vem a levar um tiro e ficar numa cadeira de rodas, como nós temos vários exemplos desses, e por motivo de enfermidade profissional também... Então, nós levamos essa proposta, na qual não pedimos nada de mais, pedimos apenas uma promoção a mais, ou seja, o subsídio.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - O senhor tem dois minutos.

O SR. VICENTE MIGUEL DA SILVA - Foi concedido, mas com o mesmo posto, e nós pedimos com o posto imediato.

“§ 2º O Militar da ativa que for julgado incapaz, definitivamente, será reformado com a remuneração calculada com base no subsídio correspondente ao grau hierárquico que possuía na ativa.” E nós tínhamos pedido o grau hierárquico imediato.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FARDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

Pois bem, esse é só um questionamento que já passamos, mas eu quero agradecer aqui ao Deputado Humberto Bosaipo que sempre tem nos dado apoio e nos dado suporte, não nos esquece, os inativos da Associação dos Militares dos Inativos, a qual represento.

Devido ao horário, agradeço a todos. Estes são os posicionamentos. Eu tenho certeza que o ponto mais relevante... Eu vi que o semblante ficou abalado. Eu tenho certeza que tem pai de militar que está nesse curso do CFS, e está esperando, está ansioso, e não só os pais, mas os tios, os sobrinhos e os irmãos. Porque nós somos a família miliciana, e não é porque está na inatividade que está desvinculado, não. Nós defendemos as mesmas causas e os mesmos interesses. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós já estamos com cinco minutos estourados do tempo da audiência pública. Eu quero resumi-la. Nós temos que fechar esta audiência pública e ainda temos aqui inscritas para falar cinco pessoas antes do Comandante.

Eu gostaria que as pessoas fossem mais objetivas, porque os temas estão sendo muito repetitivos e o pessoal também tem compromisso.

Convido para usar a palavra, por três minutos, o Soldado Moessa (DESISTE).
Agradeço.

Com a palavra o Sr. Enésio Jesus Bispo.

Eu pediria que os cumprimentos da mesa fossem *en passant*, bem rápido, porque já fomos bem cumprimentados. Direto ao assunto. Obrigado.

O SR. ENÉSIO JESUS BISPO - Eu gostaria de cumprimentar a mesa em nome do Deputado Humberto Bosaipo.

A aflição de todos que estão aqui sobre a situação de tudo o que foi discutido aqui... Não vamos continuar batendo nisso e eu acho que todos os policiais que estão aqui concordam com o que foi discutido e há a possibilidade de o Governo negociar uma saída para esses pontos que foram discutidos aqui.

Realmente a questão do fardamento já tinha sido discutida no Estatuto e todo mundo estava esperando que o Governo pagasse da forma que foi discutido.

Outra situação que o Secretário repassou sobre a situação do curso de sargento e não ficou bem clara, como vai se dar essa situação do curso.

Nós gostaríamos que o Coronel Sales recolocasse como vai acontecer realmente isso aí, porque o Secretário falou que vai ter um novo concurso - não sei se entendi bem - e o pessoal que já tem direito vai ser matriculado. Eu queria que o senhor frisasse para o pessoal sair daqui sem angústia. O pessoal já está no prejuízo faz muito tempo e hoje esse pessoal tem que sair daqui com uma decisão do que realmente vai acontecer, porque é um direito que o pessoal tem de ser matriculado nesse concurso. Já foram agraciadas duas turmas no 7º Pelotão e 8º Pelotão. Já foram agraciados, já fizeram concurso e já são sargentos. Nós não estamos aqui para discutir a situação se é o 11º ou se é o 12º. Nós queremos ser matriculados no curso de sargento, não importando que curso vai ser, o mais rápido possível, porque o pessoal já está aflito esperando há muito tempo isso aí.

Então, que o Governo tome uma decisão, documente-a e convoque o pessoal. De palavras, nós já estamos cheios. O pessoal já está cheio de ouvir tantas palavras (PALMAS). “Tal dia vai chamar o pessoal, tal dia vai lançar no *Diário Oficial*.” Mas chega o dia e não sai nada. O pessoal correndo atrás. O Deputado tem se colocado nessa posição, nessa luta junto conosco. Não estamos aqui para discutir a situação se vai ser 11º ou 12º. Nós queremos o início do curso, que ele seja, de fato, realizado. Não queremos também aqui que se diga: “Vai ser o 11º curso.” Aí daqui sair e cair no esquecimento. Vai ser aberto um novo edital para fazer um novo concurso para chamar o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FARDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

pessoal, avocar o pessoal? Vai ser garantida a vaga para o pessoal que tem o direito? Como que vai delinear isso aí? Nós queremos uma explicação aqui hoje, para o pessoal sair daqui com a informação contundente do que realmente vai acontecer.

Eu gostaria que o Comandante-Geral, Coronel Sales, explanasse para nós essa dúvida que o pessoal tem sobre essa situação. Como que vai delinear isso aí? Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir a Jaqueline de Souza.

A SR^a JAQUELINE DE SOUZA - O meu posicionamento é super rápido.

O Secretário Célio Wilson fez um discurso bonito. Falou o que todo mundo queria ouvir, que a polícia militar é maravilhosa e tudo mais e que existem projetos, Coronel Sales, que o comando está responsável por projetos: projeto de plano de carreira, projeto de hora extra, vários projetos.

O posicionamento é: queremos datas. Porque nós já estamos de saco cheio de 04 anos de Estatuto para ver nesse Estatuto ser revogado o direito que nós tínhamos conseguido nele e não termos resposta nenhuma. Nós estamos saindo de uma tarde em que ouvimos um monte de blablabá, blablabá, blablabá, e nós não vamos ter nenhum resultado, numa audiência pública que nós passamos a tarde inteira aqui sentados (PALMAS), porque as duas pessoas que mais nos interessava estar sentadas a essa Mesa, dando resposta, simplesmente, disseram que tinham compromisso e foram embora. Pronto! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o Sr. Manoel Silênio.

O SR. MANOEL SILÊNIO - Boa-tarde a todos e a todas!

Infelizmente, a força disciplinar nos rege, porque se fosse em outra democracia, teríamos todos levantado e ido embora também. Foi uma grande falta de respeito para conosco.

Já que ele falou que era tempo de crescer, eu quero deixar isso aqui... Ele não está mais aqui... É tempo de querer, é tempo de pensar, é tempo de crescer, mas também é tempo de acordar para não ver os quatro anos passar e nos deixar aí sempre a ver navios (PALMAS).

Sr. Deputado e Comandante-Geral da PM, recentemente ouvi do próprio Deputado Humberto Bosaipo que nós vivemos sobressaltados dessa verdade. Nós vivemos um verdadeiro dilema, um mar de incerteza com o futuro e com as leis que nos regem.

Foi dito aqui pelo Presidente da Associação dos Oficiais - e todos nós e as entidades concordamos com ele - que é uma vergonha o Estatuto nosso ser aprovado em dezembro e agora em abril já ser complementado. E como falou o Lima aqui agora, uma lei que não nos atinge mais, já veio para nos prejudicar, dentro de quatro meses.

Então, gente, as nossas leis têm que ser mais seguras, têm que ser discutidas com mais profundidade e com a categoria também. Mato Grosso é um Estado de dimensão continental. Essa questão do fardamento, o fardamento que se usa em Cuiabá vai desgastar muito mais devido ao calor. O fardamento que usa no nortão, Vila Rica, Alta Floresta, também vai desgastar, devido ao trabalho contínuo, porque lá se trabalha dobrado em Mato Grosso.

Então, essas questões nossas têm que ser respeitadas e discutidas com maior profundidade. São leis que estão desagradando a todos nós, inclusive o pessoal, como diz o Vicente, da reserva. Nós vivemos sobressaltados. Nós trabalhamos 30 anos na Polícia Militar e vivemos na incerteza. Nós não sabemos qual o futuro nosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

Então, nós precisamos, realmente, de propostas concretas para o nosso futuro. Não precisamos viver de sonhos! Chega, gente! Chega de tantas promessas!

A questão do Estatuto que ele falou que não foi mudado em alguns tópicos, foi mudado sim! Tem alguns tópicos que foram acordados entre as categorias e foram mudados. A questão do porte de arma... Essa lei aqui que saiu, no art. 57, está falando no item VIII, que porte de arma quando em serviço ativo. Não há necessidade de pôr isso no papel. Isso aí é um direito do policial, em serviço, de ter o direito de porte de arma. Nós queremos saber a garantia no trajeto da casa para o serviço, do serviço para a casa e na própria residência. Essas coisas que nós queremos, leis concretas que venham dar garantia e segurança a todos os policiais militares.

Muito obrigado. A luta continua. Nós não podemos parar. Temos que lutar pelos nossos direitos, porque quem não luta pelos direitos, não é digno de tê-los.

Boa-tarde a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Povo de Barra do Garças é assim.

Vamos ouvir a Márcia Cavalcanti.

A SRª MÁRCIA CAVALCANTI - Boa-tarde a todos.

Eu acho que tudo que eu queria falar já foi dito. Agora eu vou servir aqui de garota de recado.

Primeiro, eu quero pedir ao Cel. Sales uma reunião após o término desta Audiência Pública, uma reunião com o pessoal da região sul. Entre os assuntos, já perguntar para ele se ele autorizou ou determinou o dobro da escala para a nossa região. Os outros assuntos, eu acho que o pessoal mesmo gostaria de conversar com ele pessoalmente. Se isso é possível... ele já me disse que sim.

Outro recado é do Fernando, que está convidando todos os cabos de recompensa e os soldados acima de cinco anos para participar de uma reunião, no domingo, às 08:00 horas.

Não tenho mais o que falar, a não ser agradecer e desejar ao senhor, Cel. Sales, que traga alguma coisa de bom para o pessoal, porque até agora nada aconteceu. Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Vamos ouvir a Antônia.

A SRª ANTÔNIA - Boa-tarde a todos.

Eu vou ser bem breve. Eu só quero deixar aqui a minha indignação porque já foi falado assim: ah, a crise do agronegócio... A crise começou ontem. E nós, vocês policiais militares e nós da família miliciana, estamos em crise há quantos anos? O meu marido é militar há vinte e oito anos. Desde que eu casei, que eu o conheci há vinte e cinco anos, nós vivemos em crise! Por que agora a preocupação é só com a crise do agronegócio.

O Governo Federal, como disse o Secretário de Justiça e Segurança Pública, não tem investido em Mato Grosso? Tem, sim, tem investido! O Presídio de Água Boa está lá, falta o quê? Homens e armas. A obrigação do Governo Federal foi construir o local e está lá construído. Onde estão as armas que o Governo Estadual ficou de repassar e não repassou? Onde estão os policiais militares para trabalhar lá? Não foram. Então, o que falta é vergonha na cara do Governador e tratar a Polícia Militar como ser humano.

Muito obrigada (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Um lapso aqui da nossa parte, nós temos a presença dos Vereadores Leomar Mota, de Cáceres; Antônio Souza, de Araputanga; Wilson Saniote, de Araputanga; Francisco Amarante, de Mirassol d'Oeste. Muito obrigado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

Vamos ouvir o Major Paulo Wolkmer, representando aqui o Comandante do Corpo de Bombeiros Militar.

O SR. PAULO WOLKMER - Em nome do Comando do Corpo de Bombeiros que parabeniza pela iniciativa desta reunião, Deputado, nós queremos dizer que com relação à pergunta feita ao Secretário Geraldo de Vitto, que me encarregou de respondê-la, logo de imediato, liguei para o Cel. Valmir que está respondendo pelo Comando do Corpo de Bombeiros. O Corpo de Bombeiros passa por um período... O Capitão Brugnoli, então Comandante-Geral, foi publicada sua ida para a reserva remunerada e ainda não foi definido o nome do novo Comandante-Geral do Corpo de Bombeiro. E isso, nós sabemos, gera um problema na questão de continuidade das metas de Comando.

Ninguém mais que eu tem interesse que essa lei de fixação de efetivo venha para esta Casa e seja aprovada. Então, nós vamos trabalhar no sentido e em todos os sentidos que nós pudermos para que essa lei seja aprovada. Agora, numa conversa com o Coronel Valmir, há pouco por telefone, ele me disse, Deputado Humberto Bosaipo, que ela foi recolhida, assim como afirmou o Secretário Geraldo de Vitto, em razão de que ela precisava receber alguns ajustes em seu corpo. Então, dessa forma, deverá provavelmente, creio eu, assim que for defendido o nome do novo Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros, sentar com os bombeiros e discutir essa lei, a questão dos interesses, e após então ser encaminhadas pelos meios legais até chegar a este Poder para que a mesma seja aprovada e, em seguida, seja sancionada pelo Governador.

Com relação à porta única de entrada, o Comando de Bombeiros está totalmente flexível com essa situação, pronto para sentar à mesa com quem de direito e discutir a viabilização desse projeto ou não. Era o que eu tinha. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Antes de passar para o Coronel Sales, eu quero informar que o nosso gabinete, os nossos telefones, muita gente está assistindo a esta audiência pública, muita gente preocupada com a situação da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar... Uma audiência extraordinária que nós estamos tendo desse assunto da Polícia. Eu acho que por si só, pela sociedade tomar conhecimento da situação da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar esta audiência já foi válida.

Nós vamos dar seqüência a esse trabalho. Esta audiência é apenas o início de uma pauta que nós apresentamos aqui e eu quero convocar a Comissão que sempre trabalhou conosco no gabinete para que nos possamos continuar inclusive a arguição do Procurador-Geral com relação ao concurso para sargento.

Com a palavra, o Cel. Leovaldo Sales.

O SR. LEOVALDO SALES - Boa-tarde a todos!

Eu estava fazendo uma reflexão: Como é fácil comandar uma instituição que tem todos os seus problemas resolvidos como a Polícia Militar tem.

Antes de começar qualquer alusão, eu quero dizer que sou instituição. Eu sou PM. Eu sou Coronel da Polícia Militar, Comandante-Geral. Não sou cabo eleitoral de quem quer que seja. Acredito, efetivamente, no Governo que me colocou à frente de uma instituição. E tenho envidado todos os esforços, muita gente aqui é testemunha disso, no sentido de fazer chegar ao Governo do Estado todas as aflições dessa instituição. Eu não estou aqui também para fazer contraponto a ninguém. Mas eu penso que quando a Dona Márcia disse que nada de bom aconteceu até agora, ela se referia única e exclusivamente a esta reunião. Porque por várias vezes ela, pessoalmente, já agradeceu pelas coisas boas que aconteceram na Polícia Militar.

Vários dos senhores estão hoje com uma divisa no braço porque foram promovidos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

agora. E tantos outros benefícios que por aí aconteceram.

É evidente que a instituição, a segunda maior desse Estado, e a que está mais presente em todos os municípios, verdadeiramente terá os seus processos complexos, na mesma proporção do seu tamanho. Uma instituição segmentada por associações, cada uma buscando e buscando de maneira muito democrática, já é também um grande ponto de avanço, coisa interessante que tem acontecido na nossa instituição.

Ver o amadurecimento político da nossa instituição na discussão dos seus problemas é muito salutar. Sentir que existem ainda situações de gestão que nós temos que resolver, também é muito salutar, e pretendemos enfrentar todas elas, regulamentação da carga horária, jornada remunerada, e para isso nós colocamos uma equipe junto à Secretaria de Administração, mas me parece que falhamos na divulgação da existência dessa equipe. E essa equipe, como o nosso Comando sempre fez, está aberta a receber qualquer um dos senhores, a qualquer tempo, para discutir qualquer assunto.

Evidentemente, Sr. Deputado, que os nossos problemas transcendem a tudo aquilo que foi discutido aqui. Nós discutimos aqui problemas pontuais, mas eles são maiores. E aí passa efetivamente por aqui a definição de recursos vinculados à área de segurança, praticamente tudo que discutimos aqui teve aprovação desta Casa.

Prestar atenção numa instituição tão importante, eu penso que esse é papel de Comandante-Geral. Não me cabe aqui discutir receita de Estado, mas sempre que me é solicitado policiais para não deixar essa arrecadação cair, nós oferecemos, e aí a polícia está em todas as instituições deste Estado, não apenas nos municípios, mas estamos na SEFAZ, na SEMA, na Secretaria de Saúde, na Secretaria de Educação.

Nós condicionamos este Estado ao progresso e ao desenvolvimento. É a Polícia Militar que faz isso.

Todos os brasileiros que fazem opção por Mato Grosso, antes de educação e saúde, pedem polícia, e é via de regra a Polícia Militar que vai lá, não importa como, superando as circunstâncias.

A polícia nunca questionou carga horária. Estamos amadurecendo agora para esse questionamento, mas nós vamos cumprir a missão para fazer o Estado desenvolver.

E aí, é função do Comandante-Geral sim, mostrar ao Governador e a toda sociedade mato-grossense que a nossa instituição não é apenas boa, ela é imprescindível - é imprescindível.

Se não estamos recebendo a atenção devida, todos os Poderes deste Estado precisam reagir conosco. A Assembléia Legislativa precisa estar aqui com uma reação mais incisiva também.

Eu ganho hoje, como Comandante-Geral, um salário menor do que o de um Delegado de Polícia, e não trabalho menos do que nenhum deles. Passou por aqui.

Então, a sociedade precisa enxergar a nossa importância.

Desculpem-me os senhores, mas nós vamos continuar abertos à discussão e penso que é possível fazer muito mais coisas pela Polícia Militar do que apenas uma convocação para uma assembléia geral. É possível sim. É possível definir salário de soldado de polícia e ser intransigente nessa exigência... (PALMAS)

Aí eu sou obrigado a continuar a comandar a polícia com sonhos, sonhando em comandar uma instituição tranqüila, uma instituição onde o nosso policial não tenha a necessidade

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

de fazer bico, não tenha que fazer outra atividade, não tenha que exercer outra atividade, correndo até mais risco do que no exercício da própria profissão Policial Militar.

Então, toda a sociedade precisa nos enxergar nessa perspectiva e nós precisamos estar atentos para uma representatividade política, porque aqui foi falado em números, números de voto.

Hoje provamos o nosso amadurecimento e vamos continuar assim, procurando caminhos, caminhos e caminhos de solução. Somos impedidos de fazer greve. E durante 15 meses de comando não fizemos nenhuma. Vamos continuar a não fazer, porque nós somos disciplinados. Ninguém se levanta e deixa o plenário vazio, porque a disciplina corre em nossas veias. E é um grande valor que nós temos.

Em relação à situação do curso de formação de sargento, 12º curso, para que aconteça essa segunda etapa, nós teríamos que fazer um curso à distância. Eu não conheço curso à distância de formação de sargento. Fazer um curso sem a perspectiva de graduar ao final do curso é vender ilusão. Eu não sou mercador. Eu não sou negociante de ilusão. Precisamos, sim, fazer um curso que nos dê a certeza de que ao final todos serão 3º sargento. E aí nós temos que buscar o compromisso do Governo. Nós temos que atender o que está escrito aqui àqueles que têm a decisão judicial para serem matriculados no curso de formação de sargento. A que tempo isso vai acontecer? O Comandante-Geral não tem essa resposta.

Eu conclamo toda a Polícia Militar a continuar amadurecendo os processos de discussão. O Governo nunca fechou as portas para nós. O Comando-Geral nunca deixou de atender quem quer que seja. Se é preciso definir datas, vamos defini-las aqui. Se é preciso colocar prazos nas coisas, vamos fazer essa definição aqui. E quem sabe aconteça alguma coisa boa até o final desta reunião. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Representando os Vereadores presentes, nós gostaríamos de ouvir, por último, o Leomar Mota, Vereador de Cáceres.

O SR. LEOMAR MOTA - Exmº Sr. Deputado Humberto Bosaipo, Deputada Verinha Araújo; Exmº Comandante-Geral da Polícia Militar, no qual eu cumprimento todos os militares aqui presentes.

Primeiro, eu quero agradecer Vossa Excelência por sempre ter aberto a porta da Assembléia Legislativa para que essas reuniões, essas assembleias aconteçam, onde podemos colocar aqui a nossa insatisfação, o nosso descontentamento com relação, principalmente, a questão do Estatuto. Ficamos aqui, junto com essas batalhadoras, essas esposas, mulheres guerreiras, praticamente três anos discutindo. E quando chegou ao fim, quando achávamos que estava tudo resolvido, tivemos a surpresa: o Governo do Estado não cumpre o que foi aprovado aqui pela Assembléia Legislativa e pelos Srs. Deputados. E aí, fazer o quê?

Gostaria de deixar aqui essa pergunta: O que esta Casa pode fazer com relação ao não-cumprimento de leis que foram aprovadas aqui e que o Governo do Estado deixa de cumprir? Fala-se muito na crise do agronegócio, o Governo do Estado, intransigente, na defesa do agronegócio lá em Brasília. Eu tive a oportunidade de estar lá ontem, na terça-feira, para ser mais preciso. Eu também estava em Brasília, representando a Câmara Municipal de Cáceres, e lá estava o Governo do Estado, intransigente, não como Governo do Estado e, sim, como produtor, mais do que como Governador do Estado, defendendo a crise do agronegócio.

Então, vemos aqui uma solução que é lutar de mãos dadas, do soldado ao coronel! É a única saída para nós. Não vejo aqui outra alternativa! É nos unirmos, morrermos abraçados ali em busca de dias melhores para a nossa família, para o nosso povo que precisa de nós. Nós temos

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18 DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

dado uma contribuição significativa no Estado de Mato Grosso na questão de segurança pública. Hoje, a Polícia Militar goza de um privilégio de exigir do Governo do Estado, de exigir, porque presta um trabalho de qualidade. E isso ninguém pode negar! Quando falo Polícia Militar, o Bombeiro Militar está incluso também nesse contexto. Mas, a única saída que vejo é nos unirmos cada dia que passar. Conosco todos juntos, tenho certeza, que iremos conseguir mudar esse quadro, mas desde que seja do soldado ao coronel. Que o Coronel ganhe vinte mil, ganhe trinta mil, mas que o soldado também ganhe bem, que o cabo ganhe bem, para que sustentem a sua família com dignidade, para que não possa incorrer em alguns erros e em desvio de conduta.

Então, essa é a única saída para nós, e eu quero mais uma vez aqui, Deputado, agradecer por sempre nos dar abertura aqui, quando nós podemos aqui colocar - como já disse - a nossa indignação.

Boa-tarde a todos e muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Objetivamente, nós vamos encerrar esta audiência pública, e a Deputada Verinha Araújo e eu vamos entrar com a convocação do Procurador-Geral, através da Comissão de Segurança, para nos explicar o Parecer em relação ao concurso de sargento. Então, essa já é uma iniciativa tirada desta audiência pública. Quanto às outras etapas, nós gostaríamos de convocar a Comissão, através dos seus Presidentes, para continuarmos nos reunindo aqui na Assembléia Legislativa e negociarmos com o Comando-Geral e também com o Governo. O que eu sinto como Deputado, e eu vou falar claramente aqui ao Comandante Sales, é que muitas decisões da Polícia passam por cima dele, chegam nesta Casa sem o Comandante saber. Eu sinto isso como Deputado Estadual e defensor da Polícia. Vejo que às vezes ele fica isolado entre a Secretaria de Planejamento, Casa Civil e Secretaria de Administração. Isso ele não pode falar, porque eu vejo a angústia dele, das vezes em que eu converso com o Comandante.

Quero dizer também que este trabalho aqui da Assembléia Legislativa tem tido um avanço considerado por parte de vocês, haja vista a última emenda que nós aprovamos no projeto do contingente. Quero louvar aqui o trabalho das mulheres de vocês, dos policiais que debateram conosco aqui por três dias essa Emenda e que, no apagar, das luzes essa Emenda foi aprovada, bem como a discussão do Estatuto que foi mais de cem horas de discussão, e pela primeira vez sentou a mesa do soldado ao comandante para discutir um assunto que era um tabu na polícia. A polícia vem avançando democraticamente, vem avançando nos debates. O nível superior da Polícia Militar de Mato Grosso tem crescido de uma forma considerável. Isso vem aumentando o poder de pressão, o poder de reivindicação.

Eu quero, ao encerrar esta audiência pública, dizer que vamos continuar, a partir da próxima semana, com a Comissão.

Agradecemos todos e encerramos este trabalho. Muito obrigado (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia Ribeiro de França;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Donata Maria da Silva Moreira;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR ETAPA FUNDAMENTO, ETAPA
ALIMENTAÇÃO, PORTA ÚNICA NAS INSTITUIÇÕES MILITARES, REALIZADA NO DIA 18
DE MAIO DE 2006, ÀS 13:30 HORAS.

- Isabel Luíza Lopes;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques.